

338.2:330.341.42(679)

FRA  
TES  
e.2

ECO-109



# Ajustamento Estrutural e Sector Industrial em Moçambique

## *O Caso da Indústria de Óleos e Sabões*



Rafael Francisco

Agosto de 1997

Trabalho de Licenciatura em Economia  
Faculdade de Economia  
Universidade Eduardo Mondlane

R.E. 23824

À minha família

# Índice

<b>Lista de Tabela</b>	v
<b>Lista de Quadros</b>	v
<b>Agradecimentos</b>	vi
<b>Lista de Abreviaturas</b>	vii
<b>Sumário</b>	viii
<b>Introdução</b>	1
<b>Breve Historial do Sector Industrial e da Indústria de Óleos e Sabões</b>	2
<b>Enquadramento Macroeconómico e Operações de Ajustamento Estrutural</b>	5
<b>Enquadramento Teórico do Estudo</b>	7
Estrutura e Organização Industrial, 7; Utilização da Capacidade, 8; Protecção Industrial e Promoção de Exportações, 9; Políticas do Governo, 10	
<b>Assuntos Estudados</b>	12
<b>Metodologia</b>	13
<b>Análise</b>	16
Estrutura e Organização da Indústria de Óleos e Sabões, 16 ( <i>Localização das Fábricas, 17; Matéria-prima 18; O Processo, 21; Controle de Qualidade, 22; Produção, 23; Tecnologia 24; Comercialização, 25; Recursos Humanos, 26</i> ); Utilização da Capacidade, 27; Protecção da Indústria e Promoção de Exportações, 28 ; Políticas do Governo, 33	
<b>Conclusões e Recomendações</b>	34
<b>Notas</b>	36
<b>Anexos</b>	37
1. Breves considerações sobre a produção de oleaginosas em Moçambique, 37	
2. Custos de insumos e valores acrescentados (antiga pauta), 38	
3. Custos de insumos e valores acrescentados (nova pauta), 39	
4. Custos de insumos e valores acrescentados (antiga pauta e evasão fiscal), 40	
5. Custos de insumos e valores acrescentados (antiga pauta e evasão fiscal), 41	
6. Inquéritos, 42	
<b>Referências</b>	58

## Tabelas

## Página

1. Crescimento da produção por actividades económicas, 1990 a 1996	3
2. Quantidades de oleaginosas produzidas, 1991 a 1996	19
3. Óleos refinados produzidos de 1991 a 1996	23
4. Sabões produzidos de 1991 a 1996	24
5. Correlação do preços das oleaginosas, 1994 a 1996	25
6. Força de trabalho na indústria de óleos e sabões, 1991 a 1996	26
7. Utilização da capacidade para óleos e sabões	27
8. Valores de importações de óleos e sabões	29
9. Taxas efectivas de protecção para produtos (antiga pauta)	30
10. Taxas efectivas de protecção para produtos (nova pauta)	31
11. TEP para produtos nas condições de evasão fiscal (antiga pauta)	31
12. TEP para os produtos nas condições de evasão fiscal (nova pauta)	31
13. Taxas de promoção de exportações para produtos (antiga pauta)	32
14. Taxas de promoção de expotações para produtos (nova pauta)	32

## Quadros

1. Esquema simplificado de produção de óleos e sabões	13
1. Empresas da indústria de óleos e sabões visitadas	14
2. Fábricas de óleos brutos e refinados	17
3. Fábrica de sabões e sabonetes	18
4. Fábricas de margarinas, detergentes e óleos não comestíveis	18

## Agradecimentos

O trabalho tornou-se realidade graças a uma forte colaboração de quase 50 pessoas com que contactei ou contei com os sua contribuição. Assim, agradeço à todos que directa ou indirectamente contribuíram para que o meu sonho se realizasse. Agradecimento muito especial vai para o Dr. Peter Coughlin, meu supervisor, pelo esforço e paciência que teve de rever as versões preliminares do trabalho. Com ele aprendi métodos de investigação que me serão útil para sempre.

Agradeço o Eng.º António Bizaro, director-geral da FASOL/SABOREL, e o Eng.º Rogério Nunes, administrador para a área industrial do Grupo Entrepasto, ambos grandes conhecedores da indústria de óleos e sabões; o Dr. José Cardoso, director-geral da MI; o Dr. Alberto Delgado, director-geral da CIM; e Eng.º Nelson Cardoso da GINWALA. Todos eles forneceram dados e disponibilizaram tempo para responderem às minhas perguntas.

Foi muito útil o apoio directo e indirecto do Banco de Moçambique, do Ministério de Agricultura e Pescas e das Linhas Aéreas de Moçambique. Meus agradecimentos aos funcionários do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo, da Austral Consultoria e Projectos, da Unidade Técnica para a Restruturação de Empresas, do Instituto Nacional de Estatísticas e da representação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial em Moçambique por terem cooperado bastante.

Lógico, mas interessante, foi o apoio moral, material e financeiro dos meus pais, Francisco N. Chapo e Helena S. Chiremba, da minha irmã, Ana, dos meus tios José, João e Daniel, professor de Economia na Faculdade de Economia da Quenes College da City University of New York, o homem que, pela sua experiência de mais de 30 anos, cedo me informou "o ensino superior exige sacrificio", José e João, da minha irmã, Ana, e de todo resto da minha família. Reconheço o apoio dos meus colegas e amigos e à todos que disponibilizaram seus computadores.

## Abreviaturas

ACP	Austral Projectos e Consultoria
BM	Banco de Moçambique
CIM	Companhia Industrial de Monapo
CNP	Comissão Nacional de Plano
DNE	Direcção Nacional de Estatística
FASOL/SABOREL	Sociedade das Fábricas Associadas de Óleos e Saboeiras Reunidas
GINWALA	S. E. Ginwala & Filhos
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAP	Ministério de Agricultura e Pescas
MI	Moçambique Industrial
MICTUR	Ministério de Indústria, Comércio e Turismo
PRE	Programa de Reabilitação Económica
UNIDO	Organização da Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UTRE	Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas

## Sumário

Desde os anos 30 que se produziam grandes quantidades de oleaginosas, sendo a grande parte exportada até os anos 50, quando começou a ser instalada a indústria local de processamento de oleaginosas. Porém, a capacidade instalada aumentou significativamente durante a década 60. Mas, depois da independência nenhuma firma entrou na indústria e a localização física das fábricas não modificou. Existem oito fábricas de óleos e sabões em Moçambique, cinco delas são médias.

Para inverter o declínio económico no período pós-independência foi aprovado um programa de reformas económicas que privilegia o funcionamento do mercado: o Programa de Reabilitação Económica. Contudo, durante os 10 primeiros anos de implementação do programa, a produção industrial diminuiu durante cinco anos consecutivos, de 1990 a 1994. Portanto, o sector industrial não reagiu favoravelmente às transformações impostas ao sector no âmbito do programa, apesar da privatização de muitas fabricas, reabilitação de outras, liberalização dos preços, etc. Esta tendência é contrária à dos outros sectores como a agricultura, os transportes, e o comércio que cresceram rapidamente.

A indústria de óleos e sabões não escapou a estas tendências. De 1991 a 1995, em média, 3.000 t de óleos refinados eram produzidos anualmente. Durante este período houve um crescimento de 56,3% do volume de produção. A produção de sabões é maior que a dos óleos em volume: foram produzidas uma média anual de 10.000 t de sabão de lavandaria e 140 t de diversas marcas de sabonetes.

Estas quantidades estão muito aquém da capacidade instalada na indústria: ela pode produzir até cerca de 30.000 t de óleos refinados e 45.000 t de sabões por ano. Na prática, estão sendo produzidas apenas 4.000 t/a de óleos refinados, ou seja 13,6% da capacidade, e 11.000 t/a de sabões, o equivalente a 25% da capacidade. A escassez de oleaginosas no mercado doméstico e as dificuldades de colocar o produto final no mercado, dados os preços não competitivos, são as principais causas da subutilização da capacidade.

Quando se consideram as importações legais, a taxa de protecção efectiva para os óleos varia de 105% a 136%, e para os sabões, 148%, segundo a nova pauta aduaneira. Portanto, a falta de competitividade da indústria não pode ser explicada pela ausência de protecção. A indústria incorre elevados custos, sobretudo os relacionados com os custos de matéria-prima de origem local, encargos financeiros e remuneração dos trabalhadores. Somente num cenário de total evasão fiscal por parte dos importadores de óleos e sabões é que os industriais ficam desprotegidos pela estrutura tarifária. Neste caso, a protecção é negativa: 19% a 15% para os óleos e 20% para os sabões. Portanto, somente um melhor controle das entradas de mercadorias por parte das alfândegas é que pode eliminar a evasão.

Os constrangimentos identificados nesta indústria são: a escassez de matéria-prima, a obsolescência do equipamento, os elevados custos de distribuição e a falta de mercado para o produto final face às importações desnecessárias e ilegais, o elevado custo da matéria-prima mal conservada fornecida por intervenientes desonestos que cobram por ela o mesmo preço das sementes bem conservadas, o alto custo unitário de transformação da matéria-prima, a falta de linhas de extracção por solventes para retirar os resíduos de óleos nos bagaços e a resistência à adopção de tecnologias modernas que permitem a fabricação contínua dos sabões.

Estes constrangimentos contribuem para a baixa utilização da capacidade instalada e rentabilidade da indústria que se agrava quando os importadores dos produtos finais fogem do pagamento das tarifas. Porém, se estes importadores cumprissem com as suas obrigações, a indústria estaria altamente protegida.

Para ultrapassar estes constrangimento deve-se fomentar a produção de oleaginosas com o apoio dos industriais da área de óleos e sabões e aumentar o controlo alfandegário sobre os óleos e sabões importados.

## Introdução

O estágio actual do sector industrial moçambicano reflecte a fragilidade dos planos e programas concebidos para sua reabilitação e modernização, particularmente no âmbito do Programa de Reabilitação Económica (PRE). O sector continua dominado pelos subsectores de substituição de importações, dependentes de importação de máquinas, sobressalentes e produtos intermediários, produzindo, com equipamentos obsoletos, muito aquém das suas capacidades e incapaz de competir com a indústria regional na disputa do mercado nacional e de exportar seus produtos. Na prática, as políticas económicas do governo pouco contribuem para revitalizar a indústria.

O trabalho apresenta o estado actual da indústria de óleos e sabões face à estas transformações económicas, caracteriza a estrutura e organização da indústria, identifica os principais constrangimentos tecnológico e económicos, endógenos e exógenos às empresas, que impedem o normal funcionamento da indústria, analisa o impacto económico destes constrangimentos na eficiência económica da indústria; e propõe soluções para a remover os constrangimentos e melhorar o desempenho da indústria.<sup>1</sup>

A pesquisa incidiu sobre as quatro fábricas mais representativas da indústria de óleos e sabões em Maputo, Matola, Beira e Monapo. Em todas elas foram identificados constrangimentos técnicos e económicos que afectam a produção e eficiência da indústria, sobretudo a escassez das sementes oleaginosas, a principal matéria-prima, o obsoleto equipamento em uso, os elevados custos de distribuição e a falta de mercado para o produto final, face à concorrência de produtos importados legal e ilegalmente, os elevados níveis de impostos; etc. Igualmente foram identificadas as principais estratégias para reverter a situação ao nível da da indústria, como o fomento do cultivo de oleaginosas.

O cultivo de grandes quantidades de oleaginosas em Moçambique é remoto. Da década 30 até aos princípios dos anos 50, grande parte delas era exportada. Nos fins desta década começou a instalar-se a indústria local de óleos e sabões. A instalação desta indústria permitiu a materialização da ligação intra- e inter-sectorial, a utilização interna da matéria-prima doméstica e a criação de emprego. Logo depois da independência, em 1975, o desempenho do sector industrial declinou por vários motivos como o abandono das empresas pelos portugueses e a consequente intervenção directa do Estado no sector produtivo, a guerra que se seguiu logo depois e as calamidades naturais que abalaram o país.

A partir de 1987, Moçambique embarcou num programa de ajustamento estrutural para inverter o seu declínio económico e atingir rapidamente elevadas taxas de crescimento económico. O aumento da produção seria conseguido dotando as empresas de meios para aumentarem a produtividade e competitividade. Muitas medidas foram tomadas para por a economia a funcionar consoante as forças de mercado. Para o sector industrial, o PRE identificou subsectores prioritários, onde se podiam criar as bases para o desenvolvimento industrial. Mas, em cinco anos consecutivos, de 1990 a 1994, o sector industrial não reagiu favoravelmente às transformações impostas, embora muitas fábricas tenham sido privatizadas, outras reabilitadas e os preços terem sido liberalizados segundo as políticas traçadas com base no programa.

A localização das fábricas de óleos e sabões não sofreu alteração desde 1970. Esta localização foi determinada pela proximidade da matéria-prima, dos potenciais mercados para o produto final dos portos e outras infra-estruturas económicas. As fábricas usam como principais matérias-primas as sementes de algodão, copra, amendoim, girassol e mafurra, de origem doméstica, e como matérias-primas subsidiárias, o sebo, a soda

cáustica, silicatos de sódio, cloretos de sódio e terras descorantes. de origem estrangeira. A produção da indústria destina-se apenas ao mercado doméstico, a tecnologia usada é simples e ultrapassada. As fábricas utilizam pouca da sua capacidade embora tenham uma protecção efectiva positiva quando consideradas importações legais. As políticas económicas do governo não estimula a produção para o mercado doméstico e exportação. Para ultrapassar os principais constrangimentos, o governo terá que intervir fomentando o cultivo das oleaginosas e aumentando o controle das fronteiras para eliminar a entrada fraudulenta de produtos.

## **Breve Historial do Sector Industrial e da Indústria de Óleos e Sabões**

O sector industrial começou a estabelecer-se com um significativo peso na economia moçambicana nos meados do século XX quando deu-se oportunidade aos investidores estrangeiro de operarem no país. O sector atingiu um elevado nível de desempenho nos anos que antecederam a independência nacional, particularmente em 1973 quando o estado tecnológico da indústria nacional era um dos melhores da África Sub-Sahariana e o valor acrescentado produzido neste sector foi um dos maiores do subcontinente (World Bank 1990:11-13 e World Bank 1995:1).

Ao nível doméstico fabricam-se diversos produtos tais como alimentos, bebidas, têxteis, vestuário, químicos, materiais metálicos e não metálicos. Mas devido, em parte, a necessidade de abastecer a maioria da população de baixo rendimento em bens essenciais e de consumo imediato perante a disponibilidade de recursos agrícolas industrialmente processáveis e certas restrições financeira, tem-se dado particular atenção ao subsector da indústria alimentar e agro-indústria.

x Logo depois da independência, o desempenho da economia começou a piorar, em particular do sector industrial, por vários motivos: o abandono das várias empresas, principalmente as dos ramos industriais e a consequente intervenção directa do Estado no sector produtivo; a falta de pessoal qualificado; a guerra que se seguiu logo depois; as calamidades naturais que abalaram o país; e a fraqueza das instituições e das políticas económicas.<sup>2</sup> O declínio da produção agrícola contribui para a fraca produção industrial em quase todos os subsectores, principalmente naqueles que dependem da matéria-prima agrícola (a agro-indústria) (World Bank 1990:13-15).

O governo adoptou duas estratégias para enfrentar os problemas e continuar o desenvolvimento económico: (i) o Plano Perspectivo Indicativo (PPI) que iniciou em 1981 e preconizava o aproveitamento racional dos recursos domésticos, a criação de novos subsectores industriais, principalmente os do ramo das indústrias pesadas e químicas, numa base de distribuição geográfica igualitária; e (ii) o Programa de Reabilitação Económica (PRE) com o início em 1987 e que, no sector industrial, definiu como prioritários os subsectores capazes de substituir importações ou exportarem eficientemente e criarem um ambiente propício para uma rápida industrialização do país.

Com base no programa e para aumentar a racionalidade na utilização de recursos, critérios de eficiência económica e financeira das empresas (sua contribuição para o produto interno industrial e orçamento geral do Estado, seus activos, investimentos, trabalhadores, suas vendas, etc.) foram aplicados na alocação de recursos. Foram canalizados recursos escassos, particularmente divisas, às empresas com potencialidades de

aumentarem o valor acrescentado doméstico e substituírem importações duma forma eficiente. Foram priorizadas indústrias que produzem bens de consumo comercializáveis nas zonas rurais, instrumentos de produção agrícola e factores de produção e alimentos para o consumo doméstico (Moçambique 1987:19). Porém, a prioridade era teórica porque o sector industrial continuou a ter uma estrutura fraca e inadequada, usando tecnologias rudimentares, com uma extrema subutilização das capacidades de produção, uma dependência excessiva de insumos importados e, ultimamente, um declínio dos salários reais e o desemprego e subemprego crescentes, em parte devido ao fracasso das principais estratégias para a substituição das importações e promoção das exportações.

Até 1993, mais de 75% das instalações industriais careciam de reabilitação, principalmente as indústrias do ramo alimentar e agro-indústria. O desempenho da indústria transformadora era fraco, a taxa média de utilização da capacidade não ultrapassava 30%, as tecnologias eram obsoletas e a maior parte do equipamento tinha mais de 20 anos de uso (MICTUR 1995:14).

Na sequência disso, de 1990 à 1994 a produção da indústria transformadora diminuiu, em volume (Tabela 1). O governo atribuiu esta situação a:

- “dificuldades no aprovisionamento, originada pela falta de liquidez das empresas e de fundos externos para financiamento de importações de matérias-primas e equipamento;
- diminuição da procura interna por deterioração do poder de compra do consumidor nacional e da concorrência de mercadorias importadas, cujos preços de venda são mais baixos que os das produzidas no país; [e]
- dificuldades na promoção de exportações e baixa rentabilidade das empresas” (DNE 1994:51).

**Tabela 1: Crescimento da Produção por Actividades Económicas, 1990 a 1996 (%)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Agricultura e pecuária	1,1	-4,0	11,3	21,3	4,8	5,4	9,1
Indústria e pescas	-8,3	-0,5	-5,2	-6,7	-6,0	5,0	11,6
Construção	1,6	3,0	-1,8	7,0	7,5	7,0	8,0
Transporte e comunicações	19,8	13,1	10,2	16,7	3,8	12,7	7,6
Comércio e outros serviços	3,0	-0,3	18,3	22,3	15,0	-7,3	7,4

Fonte: DEE (1995:76; 1996:25)

Na prática, a crise da indústria moçambicana pode ser atribuída, primeiro, à excessiva dependência externa em capital, matéria-prima, produtos intermediários, sobressalentes, equipamentos, tecnologia e mão-de-obra qualificada, segundo, à incapacidade do sector em competir com a indústria regional na disputa do mercado nacional, assim como na sua fraca capacidade de exportação.

Na tentativa de reverter a situação, a política e estratégia industrial do governo prevê certas acções no curto prazo: reabilitar algumas fábricas e a facilitar os créditos para meios circulantes e despesas de investimentos. No longo prazo, pretende-se modernizar o sector industrial e a elevar a produtividade (MICTUR 1995:4-5). Recuperando da crise, o sector industrial cresceu 5% em 1995 e 11,6 % em 1996 (Tabela 1), reflectindo a aceleração da procura de produtos industriais ao nível interno devido ao alargamento do mercado para as zonas rurais onde antes, estes produtos não chegam facilmente.

Do lado da oferta, este crescimento deve-se, em parte, ao bom desempenho do sector agrícola, em particular ao relançamento de algumas culturas de rendimento que aumentou a oferta de matéria-prima na agro-indústria como o algodão, o girassol e o amendoim. A produção de oleaginosas no país, em quantidades consideráveis, é remota quando se considera o tempo que se levou para se instalar o parque industrial para o processamento local destes produtos agrícolas (Anexo 1). Desde os anos 30 que se produziam grandes quantidades de oleaginosas, sendo a grande parte exportada até os anos 50, altura em que começou a ser instalada a indústria local de processamento de oleaginosas. A capacidade instalada nesta indústria aumentou significativamente durante a década 60.

As primeiras fábricas dedicavam-se à extracção de óleos a partir das sementes de algodão. Logo depois começou a ser processado o amendoim. Mas, a copra continuava a ser exportada, chegando a constituir 90% das exportações das oleaginosas, numa altura em que a exportação de óleos crus, refinados e bagaços chegou a representar 11% das exportações do país (ACP 1992:45).

Com a independência, reformas sucederam-se. Contudo, as principais unidades de produção de óleos vegetais e sabões continuam sendo as mesmas de antes da independência: um parque constituído por oito fábricas com diferentes tamanhos e desempenho financeiro-económico, das quais cinco são médias, apesar de se reconhecer a importância desta indústria. As fábricas de óleos e sabões são importantes porque permitem a materialização da tão desejada ligação intra- e inter-sectorial.<sup>3</sup>

Esta indústria substitui importações, utilizando como insumo principal a matéria-prima localmente produzida, cria emprego, contribuindo para a elevação do valor acrescentado bruto na economia nacional, e tem ligações com a agricultura, as outras indústrias e o comércio: as principais matérias-primas (a copra, o girassol, o amendoim e o algodão) provém da agricultura, os produtos intermediários (os óleos crus, os bagaços e a glicerina) e finais (os óleos refinados e sabões) são comercializados. Os produtos intermediários desta indústria são utilizados em outras indústrias: os bagaços na fabricação de rações animais e a glicerina na indústria química. O seu produto final também pode ser usado por outras indústrias, por exemplo, o óleo refinado é matéria-prima para o fabrico de margarinas e bolachas.

No âmbito da Política Industrial e Ajustamentos Institucionais (Projecto DP/MOZ/86/014), a indústria de óleos e sabões foi identificada como uma das 10 indústrias em Moçambique com elevadas potencialidades para se desenvolver — uma indústria que

podia ser reestruturada de modo a contribuir, com o seu crescimento, para o desenvolvimento do sector industrial. Com este projecto, pretendia-se impulsionar as actividades industriais ao nível nacional, aumentando a utilização da capacidade instalada nas indústrias seleccionadas — mais dinâmicas e capazes de elevarem o desempenho caso recebessem algum estímulo. Também, com a implementação deste projecto, pretendia-se delinear políticas que permitissem a disponibilização de recursos humanos e financeiros às indústrias seleccionadas (ACP 1992:2).<sup>4</sup>

## **Enquadramento Macroeconómico e Operações de Ajustamento Estrutural**

A economia moçambicana caracteriza-se por um amplo sector agrícola que ocupa 80% da população economicamente activa, produz 50% do produto interno bruto e contribui com 70% das exportações; um diminuto, mas dinâmico e importante, sector industrial que emprega cada vez menos população em idade economicamente activa, contribui com apenas 7% do produto interno bruto e 27% das exportações; uma forte dependência externa, traduzida pela necessidade de importar todos equipamentos e sobressalente e alguns bens de consumo destinados à satisfação das necessidades básicas, como os alimentos e o vestuário (Castel-Branco 1994a:31 e MICTUR 1995:1).

Em Moçambique, as reformas para a liberalização económica começaram em 1987 com a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) que têm ajuda e conselhos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Segundo estas instituições financeiras internacionais, o objectivo dos programas de ajustamento estrutural é “criar um conjunto de incentivos favoráveis ao sistema de mercado que possam encorajar a acumulação de capitais e uma distribuição mais eficiente de recursos” (Banco Mundial 1994:2).

O programa estabelece como principais objectivos em Moçambique: a reconversão do declínio da produção; a garantia de um nível mínimo de consumo e renda, especialmente para a população rural; a redução dos desequilíbrios financeiros; o fortalecimento da posição da balança de pagamentos; e a criação de condições para o crescimento económico (Moçambique 1987:14). Na globalidade, os primeiros resultados do programa foram: uma liberalização progressiva dos preços e do comércio, desvalorização gradual da taxa de câmbio e a introdução dum sistema cambial baseado nas leis de mercado, a privatização das empresas e a redução dos subsídios atribuídos as restantes empresas estatais, e a reforma do sistema fiscal e do sector financeiro.

De 1990 à 1996, a economia continuou a não evidenciar sintomas de retoma firme e sustentada do seu crescimento, consequência, em parte, (i) do ritmo, ainda lento, da retoma do investimento produtivo, (ii) da ainda frágil procura interna face ao fraco poder de compra da maioria da população, e (iii) da fraca capacidade de penetração dos produtos industriais no mercado externo.

No sector industrial, o programa preconizava “atingir, em 1990, os níveis de produção de 1981 nos ramos ... prioritários”, que cresceriam a uma taxa média anual de 18%. Para o conjunto da indústria transformadora foi definida uma taxa de crescimento média anual de 13% (MIE e UNIDO 1993:58). Mas,

nos primeiros anos de implementação do programa de reabilitação industrial, a produção nacional aumentou como resultado directo da injeção de divisas dirigidas para a importação de peças sobressalentes, combustíveis e matérias-primas. No entanto, tal estratégia viria a consolidar a dependência externa do sector, com efeitos imediatos no declínio posterior dos níveis de produção. Entre 1986 e 1990, a produção industrial cresceu 8,5%... tendo decrescido em 32% entre 1990 e 1993 (Castel-Branco 1994b:134).

Outro dos objectivos do PRE para a indústria transformadora tem sido: “alterar o ambiente para o desenvolvimento industrial, liberalizando-o e privatizando as empresas industriais” com o pressuposto de que “a produção industrial encontraria mercado disponível para todo seu produto”. Na prática,

a reabilitação do parque industrial foi priorizada, incluindo a sua privatização e alteração do ambiente institucional,... e um grosso de empresas beneficiou de certas facilidades para a reabilitação e manutenção do equipamento e aquisição de matérias-primas e materiais auxiliares... para isso serviram os donativos, créditos e alguns investimentos directos estrangeiros (Castel-Branco 1994b:117-118).

A alteração do ambiente implicava a reestruturação do sector industrial do país. Mas, a reestruturação é muito mais que uma simples reabilitação que habitualmente se limita à modernização e melhoria da estrutura de produção. A reestruturação é um processo multidireccional (envolve pre-condições macroeconómicas). Uma reestruturação sectorial significa uma mudança sectorial relativa à melhoria da qualidade e à acessibilidade ao capital, à matéria-prima e tecnologia. Assim, a reestruturação da indústria moçambicana implica a adopção de um conjunto de acções articuladas e empreendidas pelas firmas para restaurar a competitividade do sector (Mathieu 1996:31).

Com a reestruturação, alguns aspectos de funcionamento das empresas têm que mudar para afectar a procura final através de mudança da qualidade do produto, do grau de competição e da tecnologia, porque os objectivos imediatos da reestruturação devem ser: o restabelecimento da competitividade internacional das empresas e o aumento da sua eficiência e lucratividade (Mathieu 1996:33).

Apesar destas deficiências do programa, segundo o Banco Mundial as empresas privadas tem-se destacado quando se faz uma análise da eficiência e crescimento potencial do sector industrial em Moçambique, relativamente às suas concorrentes estatais. “Os stocks de capital, a tecnologia instalada e os custos de produção dentro das empresas privadas indicam que estas podem competir no mercado internacional” (World Bank 1995:18)

Alguns problemas económicos, porém, continuam a levantar-se: ex., as taxas de protecção negativa para a indústria de substituição de importações, os elevados custos de transacção para as importações devido aos controlos administrativos sobre as importações, e os impostos demasiado elevados e mal aplicados. Ao nível de todas actividades económicas há obstáculos: uma certa instabilidade económica, infra-estruturas em ruínas, e graves estrangulamentos humanos, institucionais e de capacidade financeira (IDA 1995:1).

## Enquadramento Teórico

A contribuição económica duma indústria depende, em grande medida, da sua estrutura e organização: da origem, tipo, quantidade e qualidade da matéria-prima; da qualidade da força-de-trabalho especializada e da quantidade da não especializada; da tecnologia, equipamento e peças sobressalentes; da qualidade e quantidade dos produtos finais; das ligações intra- e inter-sectoriais; dos métodos de comercialização e estratégias de expansão e exportação; da capacidade de competir com os produtos importados; etc.

Por outro lado, a capacidade instalada em muitas fabricas é extremamente subutilizada. As causas disso podem ser encontradas do lado da oferta, do lado da procura ou de outros motivos económicos ou não.

As tarifas sobre as matéria-prima importada muitas vezes prejudicam a indústria nacional, pois elevam os seus custos prejudicando a sua competitividade. A protecção efectiva, através de uma política aduaneira coerente e flexível, é necessária desde que não afecte a eficiência da indústria. As outras políticas económicas do governo, como as leis, os decretos e regulamentos, nas áreas fiscal e monetária, podem incentivar ou não uma indústria.

## Estrutura e Organização Industrial

A análise da estrutura e organização da indústria permite a compreensão da interacção das forças económicas e dos constrangimentos com que ela opera. A indústria moçambicana nasceu já destorcida e incapaz de enfrentar mercados competitivos, dado que foi estabelecida para explorar vantagens relativas da proximidade das matérias-primas. Assim foi criada uma indústria débil e dependente de importações de equipamentos e sobressalentes, sensível à variação da procura internacional. No seu conjunto, a indústria transformadora continua subdesenvolvida, isolada, ineficiente, vulnerável e consumidor líquido de moeda externa (Castel-Branco 1994b:90-91).

Para sair deste ambiente, os industriais devem considerar a total reestruturação do sector. Porém, as decisões deles acerca da adopção das novas tecnologias, dos níveis de produção, ou dos preços dos produtos finais serão afectadas pela actual estrutura da indústria em que elas são tomadas e pela forma como ela está organizada.

O termo *estrutura industrial* refere-se, primariamente, à divisão das actividades industriais entre as diferentes firmas que constituem esta indústria. ... Em outras palavras [este termo refere-se] ao conjunto de caracterização do produto, empresas e grau de independência ou interdependência das companhias que constituem uma indústria (Baumol 1985:312).

Portanto, a descrição e análise da estrutura de uma indústria deve incluir características como o número de firmas na indústria, as respectivas medidas e distribuição territorial, as variedades (e similaridades) dos produtos que eles fabricam, a natureza e fiabilidade da informação que é disponibilizada ao consumidor em termos de preços, a qualidade dos produtos e a existência ou não dos serviços de facilitação (Baumol 1985:312).

Para uma indústria, deve-se analisar o grau da integração vertical das firmas na indústria, as características espaciais e outros aspectos de mercado e o grau de competitividade da indústria relativamente aos produtos externos (Baumol 1985:312).

A estrutura da indústria pode incluir as características do produto, o processo da sua produção, a tecnologia aplicada, a natureza da procura e as políticas e os regulamentos do governo (Kreps e Spence 1985:339). Muitas vezes procura-se ligar a estrutura industrial como a conduta e empenho da indústria. Apesar destes aspectos poderem estar separados eles, estão sempre interligados.

A conduta da indústria inclui as estratégias de preço, os níveis de gastos em investigação e desenvolvimento (R&D), investimento em novas plantas e equipamentos, entre outros aspectos. ... A eficiência é medida pelo custo (e a taxa de redução dos custos), eficiência alocativa e efeitos no mercado de trabalho, ou, numa forma geral, pela magnitude do valor presente dos benefícios líquidos para os produtores e consumidores (Kreps e Spence 1985:340).

## Utilização da Capacidade

As indústrias dos países em desenvolvimento encaram um dilema: a capacidade instalada em muitas fábricas não é plenamente utilizada. É subutilizada continuamente durante 24 horas por dia durante todo o ano (8.760 horas) apesar dos elevados custos de capital (Bautista *et al.* 1981:17). Os principais determinantes da subutilização da capacidade têm sido: as características de produção, as condições de oferta e de procura, a organização económica, os factores não económicos e as políticas macroeconómicas (Bautista *et al.* 1981:21-9). Na prática, podem ocorrer uma ou várias destas razões.

A subutilização da capacidade determinada pelas características de produção ocorre quando há uma necessidade de explorar economias de escala a longo prazo, verificam-se indivisibilidades dos factores de produção, ou mesmo quando o processo ou o produto têm características particulares, como é o caso de algumas indústrias de processos contínuos. Para as indústrias dos países em desenvolvimento, as irregularidades na oferta das matérias-primas têm sido a razão mais forte para a fraca utilização da capacidade. As dificuldades na produção e comercialização agrícola, as flutuações sazonais de produção e as dificuldades de obtenção de divisas para a compra de materiais subsidiárias contribuem para esta situação.

A subutilização da capacidade devido às condições de procura pode ser voluntária quando o produtor antecipa um crescimento secular da procura, ou involuntária quando a procura tem uma flutuação sazonal. A organização económica também contribui para a subutilização da capacidade instalada numa indústria, principalmente a dimensão do mercado para os produtos das fábricas, a disponibilidades de infra-estruturas e de força de trabalho qualificada.

Factores não económicos (sociais, culturais ou mesmo institucionais, como aversão aos trabalhos nocturnos ou nos fins de semana em algumas sociedades) também contribuem para a subutilização da capacidade. As políticas macroeconómicas e obstáculos burocráticos afectam a utilização da capacidade.

## Protecção da Indústria e Promoção de Exportações

Muitos países tem procurado proteger os produtores domésticos e os consumidores domésticos da invasão dos produtos estrangeiros. A protecção pode ser feita através de instrumentos de intervenção directa ou indirecta destes países como tarifas e quotas de importação. Em Moçambique, o grau de competitividade da indústria nacional face à concorrência das importações é muito baixo. Os elevados custos que a indústria nacional incorre e a baixa qualidade dos seus produtos têm contribuído para esta situação.

Perante a invasão de produtos importados, torna-se necessária a adopção de uma política que defenda as indústrias locais. Bem aplicada, esta política poderá servir para acumular divisas necessárias ao país, eliminando as importações desnecessárias. Mesmo para a indústria nascente, a protecção é benéfica quando bem implementada de uma forma selectiva, eficiente e flexível, como uma estratégia de desenvolvimento para que a indústria vá aprender fazendo para permitir o seu crescimento — a liberalização deve, também, ser selectiva (Kreinin 1987:312).

Em Moçambique, a indústria de óleos e sabões tem enfrentado uma forte concorrência de produtos importados, geralmente de uma qualidade superior aos da indústria doméstica que são vendidos a preços competitivos. Uma das formas de travar ou, pelo menos, atenuar esta concorrência seria a aplicação de elevadas tarifas aduaneiras para tais produtos, mas sabe-se pela teoria do comércio internacional que elevados níveis de tarifas para os produtos importados podem aumentar os preços destes produtos no mercado doméstico, o que pode tornar a indústria protegida mais ineficiente e prejudicar o bem estar social e económico dos consumidores.

Ao mesmo tempo que se protege uma indústria da concorrência externa, deve-se dota-la de meios suficientes para poder crescer e competir no mercado internacional a preços económicos: “uma actividade é competitiva ... se o valor económico dos seus produtos excede o custo oportunidade dos bens e factores de produção empregues para os produzir” (Steel 1989:257).

Em Moçambique, assim como em muitos países em desenvolvimento, as tarifas são impostas para aumentar as receitas do Estado e não somente para proteger a indústria doméstica, o que implica a cobrança de tarifas aduaneiras mesmo às matérias-primas e aos produtos intermediários para a indústria nacional. Porém, muitos subsectores de produção de bens terminais usam insumos importados. Uma das formas de proteger estas indústrias é a isenção dos pagamentos das tarifas aduaneiras, ou, pelo menos, a aplicação de baixos níveis de tarifas aos seus insumos. Quando se aplicam elevadas tarifas sobre os insumos importados, os custos de produção aumentam, o que baixa as margens de lucros das firmas e piora a sua competitividade.

Usa-se a taxa efectiva de protecção (TEP) para determinar o grau de protecção duma indústria porque

a actividade produtiva ... [de uma indústria] não é afectada apenas pela tributação sobre o valor final dos bens ... importados, mas também pela tributação que recai sobre os insumos intermediários importáveis.... [Portanto,] a medição da taxa efectiva de protecção atende a estrutura produtiva, tendo em conta o que os produtos intermediários representam na produção dos bens finais e medindo apenas o valor acrescentado em cada [fase de produção] (Dade 1996:17).

O Banco Mundial calculou as taxas efectivas de protecção de 18 produtos manufacturados em Moçambique. Quando se considera o cumprimento de todas formalidades por parte de importadores dos bens finais, a TEP média é de 47%: varia de -40% a 114%. Mas quando se considera a evasão fiscal total, a TEP média passa para -131%, resultante do intervalo de -430% a -35%. O cálculo da TEP nas condições de evasão fiscal total resulta da apreciação feita: "muitos dos produtores locais pagam as taxas dos seus insumos e produtos enquanto os importadores [dos produtos finais] conseguem escapar" (World Bank 1995:10).<sup>5</sup>

Porque as tarifas sobre os insumo importados reflectem-se nas exportações dos bens em que esses insumos são incorporados, muitos governos intervêm no comércio internacional promovendo a exportação dos produtos dos seus países através de subsídios ou devolução de valores de tarifas pagas na importação de bens intermediário (Krugman e Obsfeld 1991:193).

Em muitos países em vias de desenvolvimento, as taxas de promoção de exportações (TPE) têm servido de incentivo para as empresas exportarem. Mesmo assim essas empresas devem ter um mercado para as suas exportações. As taxas de exportação são raras nos países desenvolvidos, contudo, já vigoraram em vários países.

## Políticas do Governo

As actividades industriais, como qualquer outras, são influenciadas pelas políticas macroeconómicas do governo: a política fiscal, a política monetária e a política cambial, através dos seus instrumentos como os impostos de circulação e consumo, contribuição industrial, tarifas aduaneiras e taxas de juro. As políticas sectoriais que são elaboradas para influenciar o desenvolvimento de sectores específicos: agricultura e indústria para a indústria de óleos e sabões. Quer umas quer outras têm efeito na produção das matérias-primas e dos produtos, nos seus preços e consumo.

Estas políticas devem ser desenhadas para afectar a eficiência económica das fábricas e estimular a criação de outras, conter os objectivos que se esperam alcançar num determinado período e espaço e identificar os meios para alcança-los. Se os objectivos não forem alcançados, a política deve ser reformulada.

## Política Fiscal

A política fiscal têm como principais instrumentos a contribuição industrial, o imposto complementar, o imposto de circulação e o imposto de consumo. Qualquer deles pode ser usado como instrumento de política económica para restringir ou expandir a produção ou o consumo de certos bens. O código de imposto (Decreto nº 1/87, de 30 de Janeiro) estabelece os impostos de consumo e circulação como instrumentos para se captar recursos para o orçamento do Estado e corrigir desequilíbrios monetários e financeiros. O imposto de circulação, o mais controverso, incide sobre o valor imputável às transações das empresas sujeitas à contribuição industrial. Este imposto contribui mais para o total das receitas fiscais do Estado. O imposto de consumo recai sobre o valor das operações respeitantes à mercadorias de produção nacional ou importadas.

## **Política Monetária**

Desde a adopção do PRE, o governo tem vindo a seguir uma política monetária restritiva, reflectida, em parte, pela limitação de créditos e pela cobrança de altas taxas de juro. Como resultado, as empresas enfrentam algumas dificuldades para obterem créditos a taxa de juro de mercado, sobretudo para os grandes investimentos. Além disso, os bancos comerciais têm menos experiência em financiar negócios de risco e longa maturação (ex., investimento industriais), preferindo, muitas vezes, financiar actividades comerciais e serviços por garantirem retornos rápidos.

Por seu turno, a desvalorização do metical, também no âmbito do programa, teve um impacto significativo na produção industrial devido ao aumento dos custos, em moeda nacional, das matérias-primas importadas, como resultado os produtores passavam a cobrar mais aos consumidores e não conseguiam concorrer com os produtos importados. Esta situação está sendo sanada com a estabilização da moeda doméstica desde Abril de 1996.

## **Política Agrária**

O governo considera a agricultura como base de desenvolvimento económico do país, daí a responsabilidade do sector em criar condições para assegurar a auto-suficiência alimentar, embora hajam impedimentos para se implantar de uma agricultura eficiente: insuficiência das vias de comunicação e das infra-estruturas de transporte e a fraca e deficiente rede de comercialização.

Existem, porém, condições naturais e potencialidades “para desenvolver a actividade agrária com vista a alcançar a segurança alimentar, através da produção diversificada de produtos para o consumo, fornecimento à indústria nacional e para exportação” (MAP 1995:12).

## **Política Industrial**

A política industrial privilegia a valorização dos recursos nacionais para a erradicação da pobreza através da oferta de bens de consumo essenciais à população e a criação de emprego (MICTUR 1995:2-3). “A estratégia de médio e longo prazo tem que promover a modernização da estrutura do sector por forma a reduzir o fosso tecnológico e competitivo entre a indústria nacional e o mercado mundial” (MICTUR 1995:4).

A política industrial prioriza os projectos que contribuam significativamente para o aumento do valor acrescentado na indústria nacional: projectos que “incorporem recursos nacionais, inovação tecnológica e desenvolvimento das ligações inter- e intra-sectoriais” e capazes de exportar bens e serviços ou substituir importações (MICTUR 1995:5). São áreas prioritárias a indústria alimentar e a agro-indústria. Estas indústrias contribuem com quase metade do produto interno industrial. Porque existe a possibilidade de explorar-se mais a potencialidade agrícola do país, estas indústrias têm a capacidade de desenvolver as ligações inter- e intra-sectoriais.

Segundo a política industrial, compete ao sector privado “assumir o essencial do investimento e da produção industrial” (MICTUR 1995:11).

Ao Estado compete essencialmente orientar e regular o desenvolvimento da indústria e criar as condições para a dinamização da actividade industrial. A intervenção do Estado será feita por via do estabelecimento da política industrial, da criação de um ambiente económico facilitador do investimento e da produção, da implementação de um sistema de incentivos à actividade económica, do investimento complementar, especialmente em formação, infra-estruturas e serviços de apoio à indústria (MICTUR 1995:11).

Embora as reformas económicas implementadas a luz do PRE dessem bons resultados em outros sectores da economia (como agricultura, comércio e construção), os níveis de produção industrial decresceram em cinco anos consecutivos, 1990 a 1994. A tendência inverteu-se em 1995, depois do acordo de paz e certa estabilidade política, quando a produção industrial cresceu em 5%. Em 1996, o crescimento acentuou-se, tendo atingido 11,6%. Mesmo assim, o sector industrial não se recupera por causa do difícil acesso aos insumos domésticos e importados; do acesso limitado ao crédito para capital circulante e para investimentos; da fraca capacidade da força-de-trabalho especializada; da obsoleta tecnologia, inadequado equipamento e falta de sobressalentes; da baixa utilização da capacidade instalada; da fraca procura interna; da estrutura das tarifária que, por vezes, favorece as importações; e da falta de uma forte estratégia de exportação dos seus produtos.

## Assuntos Estudados

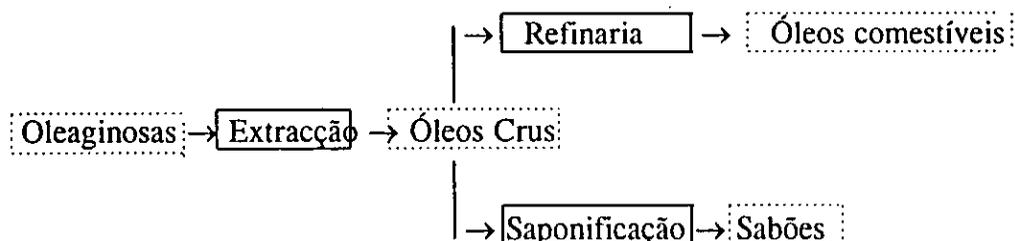
Perante os constrangimentos — o difícil acesso às matérias-primas domésticas e importadas, o acesso limitado ao crédito para capital circulante e para investimentos, a fraca capacidade da força-de-trabalho especializada, a desactualizada tecnologia, inadequados equipamentos e falta de sobressalentes, a baixa utilização da capacidade instalada, a ainda fraca procura interna, a frágil estrutura efectiva das tarifas e outras taxas de importação, a falta de uma forte estratégia de exportação dos seus produtos — e para a revitalizar o sector industrial, interessa conhecer os que afectam a indústria de óleos e sabões num contexto de transformações económicas. O estudo foi feito com os seguintes objectivos:

- recolher informação consistente e fiável que permite uma caracterização mais actualizada da estrutura e organização da indústria de óleos e sabões em Moçambique;
- identificar os principais constrangimentos tecnológico e económicos, endógenos e exógenos, que impedem o normal funcionamento desta indústria;
- analisar o impacto económico destes constrangimentos na eficiência económica da indústria; e
- propor soluções para a remover os constrangimentos e melhorar o desempenho da indústria.

Ao estudar estes assuntos, considerei que as fábricas da indústria de óleos e sabões é composta pela prensagem de sementes oleaginosas, pela refinação dos óleos e pela

saponificação, e tem como produtos finais: óleos refinados, sabões e sabonetes (Quadro 1). Portanto, não são objecto deste estudo as empresas da indústria que não se dedicam ao fabrico directo de óleos e sabões, como as que produzem margarinas e detergentes. As margarinas e os detergentes têm uma grande componente de matéria-prima importada.

Quadro 1: Esquema Simplificado de Produção de Óleos e Sabões



## Metodologia

Porque a pesquisa necessitava de muita e boa informação, e devido à falta de dados desagregados e informações fiáveis sobre a indústria de óleos e sabões nas estatísticas oficiais publicadas, recorri aos levantamentos e à pesquisa documental.<sup>6</sup> Utilizando um questionário (Anexo 6) entrevistei pessoas chaves nas fábricas de óleos e sabões, nas instituições do governo e outras entidades ligadas à produção, comercialização e utilização destes produtos. Dados não publicados foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Departamento de Estatística do Ministério de Agricultura e Pescas. As principais fontes para as estatísticas agregadas foram: o *Anuário Estatístico* da Direcção Nacional de Estatística e o *Boletim Estatístico* do Banco de Moçambique.

As entrevistas foram estruturadas para obterem-se respostas rápidas, consistentes e padronizados. Mas, para flexibilizar o processo, as perguntas do questionário foram ajustadas às situações específicas do campo. Dada a dimensão desta indústria ao nível nacional, visitei somente as maiores fábricas, com mais de 100 trabalhadores (Quadro 2) (Leidhom 1990). Tinha contemplado mais duas fábricas: a GERALCO e a SIL, mas, ambas estiveram paradas por muito tempo, o que contribuiu para a privatização delas nos finais de 1996. Todas as empresas visitadas são privadas. Em 1994, a FASOL/SABOREL foi adjudicada à um grupo português que actua na área de oleaginosas, a NUTRINVEST — Sociedade Gestora de Participações Sociais.<sup>7</sup> Antes desta data, a empresa estava dividida em duas, ambas intervencionadas: a Fábrica Associada de Óleos (FASOL) e a Saboeira Reunidas (FASOL). A GINWALA, a MI e a CIM pertencem ao grupo ENTREPOSTO. Este grupo têm empresas nos sectores agrícola, industrial e comercial.

**Quadro 2: Empresas de Indústria de Óleos e Sabões Visitadas**

Empresa	Província
Fab. Ass. de Óleos e Sab. Reunidas, SARL (FASOL/SABOREL)	Maputo
S. E. Ginwala & Filhos, Lda. (GINWALA)	Maputo
Moçambique Industrial, SARL (MI)	Sofala
Companhia Industrial de Mónapo, SARL (CIM)	Nampula

Obtidas as informações necessárias, faz-se uma análise global para a indústria em causa, em que se agregam, onde for possível, os dados sobre alguns aspectos integrantes da estrutura e organização da indústria como as origens e quantidades da matéria-prima necessária para o funcionamento da indústria, níveis de produção durante o período em estudo, as tecnologias que estão sendo usadas. Onde não é possível a agregação da informação, esta é analisada ao nível das firmas, mas sempre relacionando os dados de uma fabrica com as das outras.

A análise das questões susceptíveis de uma medição é feita com base nas fórmulas específicas. Assim, a capacidade utilizada pelas fabricas é medida pela definição da *utilização da capacidade actual* ( $U_3$ ) na terminologia de Bautista *et al.* (1981:19) — Fórmula (1). Este indicador mede a capacidade utilizada a partir dos níveis de produção que no fundo dependem dos turnos necessários para a utilização plena das plantas instaladas.

$$(1) \quad U_3 = \frac{Q}{Q^*}$$

Onde

$$\begin{aligned} Q &= \text{nível de produção actualmente conseguido na empresa} \\ Q^* &= \text{capacidade técnica de produção da planta} \end{aligned}$$

Existem outras formas de medir o grau de utilização da capacidade. Utilizando ainda a terminologia de Bautista *et al.* (1981), a utilização da capacidade instalada pode ser medida como o *tempo actual da utilização de capital* ( $U_1$ ):

$$(2) \quad U_1 = \frac{a}{T}$$

Onde

$$\begin{aligned} a &= \text{tempo actual de operação} \\ T &= \text{tempo num período de calendário} \end{aligned}$$

O *tempo actual e intensidade de utilização do capital* ( $U_2$ ) é usado para ajustar  $U_1$  “tomando em conta variações na intensidade de operação das várias secções de uma planta” (Bautista *et al.* 1981:19).

Para estas duas situações, a primeira definição tem a desvantagem de não incluir as contribuições de cada componente na produção. O segundo indicador ( $U_2$ ) seria melhor porque engloba as variações da intensidade de operação das várias componentes da fabrica,

mas estas variações são difíceis de medir na prática, pelo que não são utilizados no trabalho.

Outra formas de medir a utilização da capacidade é apresentadas em Kabaj (1981):

$$(3) \quad CU = \frac{H}{H_a}$$

Onde  $H_a$  são as horas disponíveis ( $H_a = whs$ , onde  $w$  são os dias de trabalho por ano,  $h$  horas por turno de trabalho e  $s$  coeficiente de turno). Esta definição tem o mérito de considerar a utilização da vários turnos na produção.

Mais importante que o simples cálculo do rácio da capacidade utilizada por cada fabrica, investiguei as principais causas da subutilização das fábricas visitadas, e conhecidas as causas, desenhei um cenário para se sair da situação.

Para medir o nível de protecção para a indústria utiliza-se a taxa efectiva de protecção (TEP) (Fórmula 5). A TEP é "a percentagem diferencial do valor acrescentado doméstico ( $VA_{pd}$ ) sobre o valor acrescentado internacional ( $VA_{pw}$ ) que é permitido pela estrutura de protecção" (Steel 1989:259):

$$(4) \quad TEP = \frac{VA_{pd}}{VA_{pw}} - 1$$

Ou seja

$$(5) \quad TEP = \frac{1 + t_j - \sum a_{ij}(1 + t_i)}{1 - \sum a_{ij}} - 1$$

Onde

$t_j$	=	tarifa que se cobra para o produto final $j$
$t_i$	=	tarifa sobre a matéria-prima $i$
$a_{ij}$	=	$X_{ij}/X_j$ , sendo $X_{ij}$ , o valor do insumo $i$ para produzir $j$ , e $X_j$ o valor total do produto $j$
$1 + t_i$	=	preço do insumo no mercado domestico
$1 - a_{ij}$	=	valor acrescentado

A protecção efectiva para um produto  $j$  aumenta quando  $t_j$  aumenta. Quando este é igual a  $t_i$ , "as protecções nominal e efectiva no produto são iguais". Quando  $t_j > t_i$  "a protecção efectiva do produto excede a taxa nominal nele impostos" e no caso inverso "a protecção efectiva concedida ao produto final fica abaixo da taxa nominal nele imposto" (Kreinin 1987:305-307). Ainda,

a tarifa que recai sobre os insumos pode estar muito mais em excesso da tarifa que recai sobre o produto final que a protecção efectiva no produto passa a ser negativa, [ou seja], o produto é mais taxado tanto que protegido,... a protecção efectiva negativa resulta quando a tarifa aumenta os custos dos insumos por um montante absoluto muito maior ao aumento do preço do produto" (Kreinin 1987:305-307).

Desta abordagem resulta que a TEP depende do valor acrescentado na indústria doméstica e da estrutura tarifária. Para a indústria que labora um produto terminal e que importa os insumos, a isenção de tarifas sobre os insumos ou baixos níveis destas resulta em uma protecção efectiva da indústria muito além da tarifa nominal sobre o produto.

As tarifas sobre os insumos importados reflectem-se nas exportações dos bens em que esses insumos são incorporados. Se não haverem taxas de promoção de exportações a indústria produtora dos bens terminais é penalizada ao exportar. A taxa de promoção de exportações (TPE) é um incentivo que se dá à indústria que exporta. Neste trabalho, a taxa é calculada usando a Fórmula (6).

$$(6) \quad TPE = \frac{t_j - \sum a_{ij} * t_i}{1 - \sum a_{ij}}$$

Onde

- $t_j$  = é a taxa de subsídio a exportação do produto j ou de devolução das tarifas pagas
- $t_i$  = tarifa sobre a matéria-prima i
- $a_{ij}$  =  $X_{ij}/X_j$ , sendo  $X_{ij}$ , o valor do insumo i para produzir j, e  $X_j$ , o valor total do produto j

Se as empresas que exportam receberem um subsídio superior ao valor total das tarifas sobre os insumos importados para produzir j, então a  $TPE > 1$ . Neste caso há uma política de promoção de exportações. Se o subsídio for inferior ao pagarem valor total das tarifas sobre os insumos, a  $TPE < 1$ . A TPE também depende do valor acrescentado na indústria doméstica e da estrutura tarifária.

## Análise

A análise da indústria moçambicana de óleos e sabões é feita em cinco partes: a apresentação e avaliação dos elementos da sua estrutura e organização; a análise da utilização da capacidade, suas causas, implicações e as oportunidades para aumentar a produção; a política de protecção efectiva que defenda a indústria nacional das importações desnecessárias e ilegais, e a promoção de exportações; e outras políticas económicas e as suas implicações.

## Estrutura e Organização da Indústria de Óleos e Sabões

Nesta secção, faz-se um diagnóstico da situação da indústria de óleos e sabões em Moçambique. Abordam-se aspectos relacionados com a localização das fábricas, o fornecimento das matérias-primas, quer as de origem doméstica, quer as importadas, os processos de produção dos óleos e dos sabões, o controle de qualidade, os volumes de produção de cada um destes produtos, a tecnologia e o equipamento, a comercialização e os principais canais de distribuição dos produtos finais no mercado doméstico e os recursos humanos.

## Localização das Fábricas

Oito fábricas produzem óleos brutos e refinados, sabões e sabonetes em Moçambique. Destas, uma processa apenas óleos, duas fabricam somente sabões e sabonetes, e cinco fabricam simultaneamente óleos e sabões. Das que produzem óleos e sabões, quatro são dominantes e ditam a oferta destes produtos no mercado doméstico: as de Maputo, Matola, Beira e Monapo (Quadros 3 e 4).

Outras empresas desta indústria não se dedicam ao fabrico directo de óleos e sabões. São fábricas que produzem margarinas, detergentes e óleos não comestíveis. Cinco empresas nas cidades de Maputo e Beira processam margarinas e detergentes, e três produzem óleos não alimentares em Maputo, Matola e Inhambane (Quadro 5). Estes óleos são processados nas mesmas fábricas de óleos alimentares e sabões (FASOL/SABOREL, GINWALA e SIL) como óleos brutos e são usadas como matéria-prima para fabricar sabões e outros produtos da indústria química. A produção dos óleos não alimentares não afecta a qualidade dos óleos comestíveis porque os primeiros não passam pela refinaria. Além disso, os óleos não comestíveis têm um elevado grau de acidez que impede a sua refinação para fins alimentares e os detergentes e as margarinas têm uma grande componente de matéria-prima importada. Por possuírem estas características particulares, estes produtos não são objecto do presente estudo.

A localização das fábricas de óleos e sabões, foi determinada, primeiro, pela proximidade das fontes de matéria-prima, segundo, pela proximidade dos potenciais mercados, e, terceiro, pela existência dos portos e de outras infra-estruturas económicas. Considerando estas determinantes, cada fábrica foi instalada numa zona privilegiada, dando origem à uma indústria oligopsónica em relação aos fornecedores das sementes oleaginosas e oligopolística no mercado de óleos e sabões.<sup>8</sup> Nas actuais condições macroeconómicas, os privilégios diminuíram. Baixou a produção de oleaginosas em cada zona de influência das fábricas, aumentou a concorrência nos mercados dos insumos e dos produtos finais, e diminuíram as facilidades de infra-estrutura com a destruição de umas e ruína de outras. Com este cenário, os industriais temem a instalação de novas fábricas de óleos e sabões no país que podem localizar-se em zonas estratégicas e piorar a lucratividade das fábricas desta indústria.

Quadro 3: Fábricas de Óleos Brutos e Refinados

Empresa	Localização	
	Cidade	Província
Fab. As. de Ól. e Sab. Reunidas, SARL (FASOL/SABOREL)	Matola	Maputo
S. E. Ginwala & Filhos, Lda (GINWALA)	Maputo	Maputo
Moçambique Industrial, SARL (MI)	Beira	Sofala
Ossman Janmamad & Herdeiros, Lda (FOV)	Chimoio	Manica
Sociedade Geral de Comércio e Indústria, Lda (GERALCO)	Quelimane	Zambézia
Companhia Industrial de Monapo, SARL (CIM)	Monapo	Nampula

Fonte: ACP (1992: Anexo IV), UTRE (1992:8)

**Quadro 4: Fábricas de Sabões e Sabonetes**

Empresa	Localização	
	Cidade	Província
Fab. As. de Ól. e Sab. Reunidas, SARL (FASOL/SABOREL)	Matola	Maputo
S. E. Ginwala & Filhos, Lda (GINWALA)	Maputo	Maputo
Saboeira de Inhambane, Lda (SIL)	Inhambane	Inhambane
Moçambique Industrial, SARL (MI)	Beira	Sofala
Sociedade Geral de Comércio e Indústria, Lda (GERALCO)	Quelimane	Zambézia
Companhia Industrial de Monapo, SARL (CIM)	Monapo	Nampula
Fabrica de Sabões Primeiro de Maio	Ilha Moç.	Nampula

*Fonte:* ACP (1992: Anexo IV), UTRE (1992:8)

**Quadro 5: Fábricas de Margarinas, Detergentes e Óleos Não Comestíveis**

Produto e empresa	Localização	
	Cidade	Província
<b>Margarinas e produtos afins</b>		
Indústria Moçambicana, Lda (IMOL)	Maputo	Maputo
Indústria Moçambicana, Lda (IMOL)	Beira	Sofala
<b>Detergentes sintéticos líquidos e em pó</b>		
Sociedade Moçamb. de Detergentes, Lda (MODET)	Maputo	Maputo
Moçambique Química, Lda (MOQUIL)	Maputo	Maputo
Germotol Portuguesa, Lda (GERMOTOL)	Beira	Sofala
<b>Óleos e gorduras não comestíveis<sup>a</sup></b>		
F. A. de Ól. e S. Reun., SARL (FASOL/SABOREL)	Matola	Maputo
S. E. Ginwala & Filhos, Lda (GINWALA)	Maputo	Maputo
Saboeira de Inhambane, Lda (SIL)	Inhambane	Inhambane

*Fonte:* ACP (1992: Anexo IV)

<sup>a</sup> Inclui os óleos e gorduras vegetais não directamente comestíveis, mas usados na indústria química.

### Matéria-Prima

Para fabricar óleos e sabões usa-se matéria-prima principal e subsidiária. As principais matérias-primas que se usam em Moçambique são as sementes de algodão, amendoim, girassol, mafurra e copra. As sementes de amendoim e girassol são menos usadas dada a sua escassez no mercado nacional e porque os seus custos são elevados, o que encarece o produto final e inviabiliza a produção e comercialização deste num país onde a maior parte dos consumidores tem um fraco poder de compra.

O amendoim é produzido no sector familiar das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Nampula e Cabo Delgado. Mas, esta oleaginosa é processada na FASOL/SABOREL, em Maputo. Os custos de produção do amendoim são elevados e os de transporte são agravados pela ineficiência da rede comercial e pela deficiência das infra-estruturas. O girassol é produzido nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado e processado na FASOL/SABOREL, em Maputo, e na Moçambique Industrial, em Sofala. Os custos de produção e transporte também são elevados. A produção do algodão também está concentrada no centro e norte do país, particularmente nas províncias de Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, e é processado principalmente na Moçambique Industrial, em Sofala e Companhia Industrial de Monapo, em Nampula. As fábricas de Maputo processam pequenas quantidades de sementes de algodão. A produção de mafurra está concentrada no sul do país, Gaza e Inhambane, o que justifica o seu processamento na GINWALA, em Maputo, e na SIL, em Inhambane.

O algodão é a cultura mais produzida no país. Uma média de 47.590 t eram produzidas anualmente de 1991 a 1996. Esta produção representa 34% da safra de 1973. A copra é segunda cultura mais produzida em termos de volume. As quantidades de copra produzidas neste período também são baixas quando comparadas com a produção de 1973. A mesma tendência verifica-se na produção do amendoim, do girassol e da mafurra (Tabela 2). Portanto, a produção doméstica de oleaginosas é insatisfatória e as fábricas concorrem para adquirir matéria-prima dada a sua escassez.

Tabela 2: Quantidades de Oleaginosas Produzidas, 1991 a 1996 (toneladas)

	1973	... 1991	1992	1993	1994	1995	1996 <sup>a</sup>
Algodão	140.000	39.984	49.825	47.002	49.457	50.968	48.306
Amendoim	90.000	6.877	8.695	14.892	8.976	18.156	16.130
Girassol	n.d. <sup>b</sup>	1.479	432	180	611	605	819
Copra	60.000	24.760	16.931	23.584	28.790	44.372	33.600
Mafurra	9.000	1.287	2.327	1.132	539	1.826	1.960

Fontes: Para 1973 DSPE (1974:3); de 1991 a 1996: Direcção de Economia Agrária, Ministério de Agricultura e Pescas

<sup>a</sup> Estimativas provisórias

<sup>b</sup> Não disponível

O abastecimento de oleaginosas, a matéria-prima principal, é um dos maiores constrangimentos para a indústria, pois o mercado doméstico das oleaginosas não consegue satisfazer as necessidades dos industriais. A fraca produção das oleaginosas resulta da fraca capacidade financeira dos actores no sector agrário para cobrirem as suas necessidades; do fraco envolvimento do sector familiar também por falta de incentivos dada a disputa de terras aráveis para a produção de oleaginosas e outras culturas; da localização espacial dos produtores que eleva os custos de produção e transporte; da falta de equipamento mecanizado e doutras facilidades para a agricultura; do elevado custo de capital para financiar a produção, armazenagem e comercialização das oleaginosas, por causa das elevadas taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais; e das inadequadas políticas económicas, particularmente a fixação dos preços ao produtor; do indefinido regime de propriedade da terra; dos inadequados incentivos à comercialização; e da falta de uma política de fomento de produção das oleaginosas.

A escassez de oleaginosas pode ser ultrapassada no longo prazo com o aumento da sua produção doméstica. No curto prazo, as oleaginosas poderiam ser importadas. Mas, no mercado internacional de oleaginosas, não é prática a comercialização de sementes. A comercialização destas implicaria uma movimentação de grandes volumes de partes úteis e inúteis. Por exemplo, para produzir 115 t de óleo alimentar de algodão pode-se importar 1.000 t de sementes de algodão ou 200 t do seu óleo bruto. A segunda alternativa é menos custosa. Por isso, a maior parte de oleaginosas comercializadas no mercado internacional é sob forma de óleos brutos. Neste mercado, depois dos cereais, carnes e produtos pesqueiros, as oleaginosas e os óleos vegetais formam o quarto maior grupo de produtos industriais internacionalmente mais comercializados em termos de valor (Bastian 1990:1).

A importação de óleos crus permite a elevação do valor acrescentado doméstico. Mas, o abastecimento depende das condições do mercado internacional das oleaginosas. A estrutura da oferta das oleaginosas é complexa porque algumas delas, como as sementes de girassol e algodão, são de colheita anual enquanto outras podem ser produzidas e colhidas semestralmente ou quadrimestralmente. Por isso, a estabilidade da sua oferta e a resposta da produção às variações dos preços variam bastante, os produtores das safras anuais ajustam a sua produção mais lentamente que os das semestrais e quadrimestrais e, como em qualquer mercado, quando a procura é vigorosa, os preços aumentam (Bastian 1990:13).

Sempre que as condições de mercado forem favoráveis podem-se importar óleos crus. Algumas fábricas, particularmente a FASOL/SABOREL e a GINWALA, começaram a apostar na importação de óleos crus, uma iniciativa que o grupo Entrepote pretende alargar para as suas fábricas da Beira e Monapo. Mas, na importação desta matéria-prima, surgem outros constrangimentos como os atrasos na sua recepção nas fábricas que se atribuem, principalmente, às ineficiências dos portos moçambicanos no manuseamento das mercadorias, à desonestidade de alguns fornecedores, à burocracia e aos atrasos na inspeção pre-embarque. Tudo isso aumenta os custos das matérias-primas para a indústria em 25% a 30%. Cerca de 80% destes custos adicionais provem dos pagamentos das despesas de estadias dos navios e pagamentos de armazenagens nos portos. A importação descoordenada da matéria-prima também contribui para o agravamento dos custos. Se os industriais da área de óleos e sabões coordenarem as suas importações cada fábrica podia pagar menos para o aluguer os navios e podiam ultrapassar rapidamente alguns obstáculos burocráticos.

Chegadas à fábrica, as matérias-primas são armazenadas. As fábricas têm tanques para os óleos brutos. Para as semente têm armazéns para cada tipo de modo a não apanharem humidade e não perderem o peso. Assim, a matéria-prima não perde muito a qualidade quando está nos armazéns das fábricas.

As matérias-primas subsidiárias que se usam para o fabrico de óleos e sabões são: sebos, soda cáustica, silicatos de sódio, cloreto de sódio e terras descorantes — Todas importadas. A soda cáustica e as terras descorantes são usadas para fabricar óleos, enquanto os outros compostos entram na fabricação dos sabões e sabonetes que também usa a soda cáustica. Para fabricar 1.000 kg de óleo de algodão são necessários 1.177 kg de seu óleo cru, 17,7 kg de soda cáustica e para o fabrico de 1.000 kg de são necessários 360 kg de sebo de sabão, 160 kg de óleo cru de copra, 115 kg de soda cáustica, 160 kg de silicatos de sódio e 12 kg de cloreto e sódio.

## O Processo

O sucesso ou fracasso da fabricação de óleos e sabões começa no campo: deve-se garantir a produção de oleaginosas de boa qualidade, sua armazenagem e conservação. A conservação das sementes oleaginosas é importantíssima nesta indústria porque é nela que se preservam ou perdem as suas propriedades físicas e químicas. As sementes têm que chegarem às fábricas bem conservadas, onde são armazenadas em locais apropriados. Depois são limpas e levadas à extracção. Os óleos brutos daí resultantes são filtrados. Depois estes óleos são neutralizados, branqueados e desodorizados. Para saponificar, basta fazer reagir as gorduras com as bases.

### *Conservação das Sementes*

A conservação das sementes oleaginosas é a primeira fase na fabricação dos óleos e sabões para garantir a extracção de maior quantidade de óleos com melhor qualidade. A deterioração da qualidade das sementes pode ser causada pela presença de micro-organismos — fungos, leveduras e bactérias — e a acção de enzimas, da humidade e do ar. Em Moçambique, as sementes começam a deteriorar no campo onde não existem condições para a sua armazenagem e conservação. Portanto, as sementes chegam parcialmente deterioradas às fábricas. A boa armazenagem e conservação das sementes deveria reduzir a actuação dos micro-organismos e outros agentes destruidores. Para melhorar a conservação, deve-se separar as partículas mais finas que podem aparecer no seio das sementes oleaginosas e armazenar as sementes em silos fechados depois da secagem.

Paralelamente ao esforço para melhorar a armazenagem e conservação das sementes oleaginosas, é necessário incentivar a investigação agronómica sobre a aplicação de tecnologias modernas na sua produção para melhorar a quantidade e a qualidade do produto. Neste campo, pode-se contar com o apoio de várias organizações internacionais que encorajam a cooperação internacional para a troca de informações agronómicas e sobre a aplicação de técnicas modernas de produção agrícola que melhoram a sua quantidade e qualidade.

### *A Produção de Óleos*

Antes de entrarem para a fase de extracção, as sementes oleaginosas são limpas, retirando-lhes as poeiras, pedras e objectos metálicos que persistam no seio das sementes. A separação gravimétrica serve para os objectos não ferrosos enquanto utilizam-se ímans para retirar pedaços de ferro. A semente é descorticada — separada da casca. A descorticagem varia segundo o tipo de semente. Depois, as sementes passam pelos moinhos de martelo ou de rolo consoante o tipo de sementes, onde são quebradas para facilitar, durante a extracção, o acesso às células que contém óleo.

Todas fábricas da indústria de óleos e sabões no país usam a extracção mecânica que consiste em coser as oleaginosas para reduzir a resistência das paredes celulares, aumentar a viscosidade dos óleos e reduzir o teor da humidade. Nesta fase, esterilizam-se as sementes, coagulam-se as proteínas e eliminam-se as substâncias tóxicas e as enzimas.

A extracção realiza-se em prensas onde as sementes são submetidas a grandes pressões numa forma contínua para obter os óleos crus e bagaços. O óleo daí resultante passa pelos filtros-prensa. Os bagaços voltam às prensas onde sofrem uma segunda pressão, ou alternativamente aos solventes.

Embora a extracção por solvente vise, normalmente, a extracção do óleo residual dos bagaços, por vezes algumas sementes podem ser submetidas directamente a este processo, que consiste em submeter as sementes ou o bagaço a um solvente orgânico, que geralmente é o hexano. O processo ocorre em extractores, que podem ser contínuos ou descontínuos (ACP 1992:154).

A refinação dos óleos ocorre em três fases:

**Neutralização.** São eliminados os ácidos gordos livres através da reacção com a soda cáustica. É nesta fase que se produz o *soapstock* que se separa do óleo por centrifugação. Eliminam-se as gomas e os fosfatidos.

**Branqueamento.** Eliminam-se os pigmentos através da adsorção através das terras descorantes activadas que são posteriormente separadas por filtração.

**Desodorização.** Por destilação, retira-se o mau cheiro e sabor aos óleos. Faz-se com altas temperaturas e eliminam-se os ácidos gordos livres e cetonas óxidos.

### ***A Produção de Sabões***

Para produzir sabão — saponificação — fazem-se reagir as gorduras (óleos crus e sebo de sabão) com as bases (soda cáustica, silicatos de sódio e cloreto de sódio). A saponificação pode ser contínua ou descontínua. A descontínua é a mais usada no país. Nessa, a reacção dá-se em caldeiras abertas onde a massa reactiva é aquecida, os elementos de carga — carbonatos e silicatos de sódio — são adicionados à massa do sabão para aumentar a sua consistência e poder detergente. Depois, o sabão é lavado com soluções de cloreto de sódio donde passa para a secagem e corte. O corte pode ser manual ou automático. Somente numa fábrica visitada o processo é manual; nas restantes, já é automático, onde a massa de sabão fluida é arrefecida e extrudida, e solidificada num bloco, pronta para prensagem num molde e corte.

### **Controle de Qualidade**

Os principais testes na análise da qualidade dos óleos baseiam-se na medição do valor de iodine que dá a indicação do grau de insaturação dos óleos (centigramas de iodine absorvida por grama de óleo), do índice de refractividade para verificar se o óleo é puro (as impurezas causam um desvio positivo no índice), da hidrólise nos óleos, de peroxide, da gravidade específica, do peso por litro, da cor e da composição de gorduras e ácidos.

Para cada um dos indicadores, existem padrões estabelecidos pelo Instituto Nacional de Normalização de Qualidade com base nos padrões da Organização Internacional de Normalização. Ao testar-se a qualidade de cada tipo de óleo, não se deve deixar passar e

continuar a produzir óleo cujo teste mostra desvios dos padrões estabelecidos. Estes padrões são cada vez mais rígidos, pois os óleos vão-se tornando mais sofisticados e melhor processados e refinados. Para garantir melhor qualidade do produto final e o bom desempenho da indústria, as fábricas compram matérias-primas de boa qualidade.

A qualidade dos óleos é testada regularmente no laboratórios das fábricas desde a qualidade da matéria-prima, a extracção dos óleos, sua refinação e o produto final. Em alguns casos melindrosos, têm faltado reagentes, o que constitui constrangimento para as análises, mas o equipamento está operacional. Em caso de dúvida ou para casos específicos tem-se recorrido aos laboratórios independentes com mais e melhores meios, como o Laboratório Nacional de Águas e Alimentos do Ministério de Saúde ou o do Instituto Nacional de Normalização e Controlo de Qualidade. Contudo, não há uma fiscalização rígida por parte das instituições do governo para penalizar os que não cumprem com os padrões estabelecidos.

### Produção

A produção de óleos é feita em seis fábricas. Todas produzem aquém das suas reais capacidades instaladas principalmente por falta de matérias-primas. De 1991 a 1996, produzia-se, em média, 3.000 t/a de óleos refinados (Tabela 3). Até 1995, a produção cresceu 56,3%, mas, em relação a 1973, um dos melhores anos da indústria, o volume de óleos vegetais produzidos em 1995 constitui um decréscimo de 90,3%.

Os anos de maior produção coincidem com os anos de boas campanhas agrícolas. A maior parte do óleo refinado provém da semente de algodão processada principalmente na Moçambique Industrial e na Companhia Industrial de Monapo, enquanto as fábricas baseadas em Maputo processaram a maior parte do óleo de girassol e amendoim.

Em termos de volume, tem-se produzido mais sabões que óleos. O uso do óleo cru de copra e de mafurra para o processamento de sabões contribui, em parte, para o maior volume de produção nesta linha de produção da indústria. De 1991 à 1996, foi produzida uma média anual de 10.000 t de sabão de lavandaria e 140 t de diversas marcas de sabonete. Ao longo dos seis anos, a produção de todos tipos de sabões e sabonetes esteve mais estável que a de óleos. A produção de 1995, representa um decréscimo de 45% em relação ao nível conseguidos em 1973 (Tabela 4).

Tabela 3: Óleos Refinados Produzidos de 1991 a 1996 (toneladas)

	1973	... 1991	1992	1993	1994	1995	1996 <sup>a</sup>
Óleo de algodão	7.000	1.100	1.200	1.040	1.800	2.500	1.980
Óleo de copra	12.400	40	900	630	580	630	165
Óleo de girassol	n.d. <sup>b</sup>	730	40	n.d.	140	920	200
Outros	20.900	720	740	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total	40.300	2.590	2.880	1.670	2.520	4.050	2.345

Fonte: Para 1973: DSPE (1974:7); de 1991 a 1996: inquéritos

<sup>a</sup> Resultados provisórios

<sup>b</sup> Não disponível

Tabela 4: Sabões Produzidas de 1991 a 1995 (toneladas)

Designação	1973	... 1991	1992	1993	1994	1995	1996 <sup>a</sup>
Sabão em barra	20.430	9.410	6.500	7.920	12.500	11.100	10.890
Sabonetes	680	220	30	70	190	180	139
Outros	n.d. <sup>b</sup>	2.370	2.740	1.010	710	130	204
<b>Total</b>	<b>21.110</b>	<b>12.000</b>	<b>9.270</b>	<b>9.000</b>	<b>13.400</b>	<b>11.410</b>	<b>11.233</b>

Fonte: Para 1973: DSPE (1974:7); de 1991 a 1996: inquéritos

<sup>a</sup> Resultados provisórios

<sup>b</sup> Não disponível

## Tecnologia

A tecnologia usada na linha de processamento de óleos permite a extracção mecânica contínua das sementes oleaginosas e a sua posterior refinação. Os sabões continuam a ser fabricados num processo descontínuo. Esta tecnologia foi classificada pelos técnicos entrevistados como sendo adequada para a situação actual do país e da mão-de-obra em particular, dados os constrangimentos de matéria-prima e de mercado que não justificam avultados investimentos para melhoria tecnológica.

As fábricas de Maputo têm equipamento novo para a refinação de óleos e fazem a manutenção uma vez por semana. Na fábrica da Beira está sendo montada uma nova refinaria, enquanto em Monapo uma linha para a produção contínua de sabões foi montada em 1975, mas nunca usada. Os gestores e técnicos demonstram uma resistência à adopção de tecnologias modernas que permitem modernizar e desenvolver a indústria rapidamente. Os dirigentes mostram claras evidências de evitar grandes investimentos envolvendo capital próprio, preocupando-se mais com os lucros imediatos.

As fábricas não utilizam a extracção de óleos por solventes por considera-la uma tecnologia custosa e sem garantia de retorno dada a insuficiência de matéria-prima para justificar os elevados níveis de investimento necessários. Segundo a UNIDO, para instalar uma planta para processar 15.000 t de óleos por ano, numa extracção por solvente num país africano, são necessários 3,2 milhões de dólares norte-americanos: 2 milhões para custear a instalação da unidade de extracção e 1,2 milhões para a unidade de refinaria (Bastian 1990:108).

A FASOL/SABOREL montou uma linha de extracção por solventes que não está a operar, e nem se espera para breve a sua reabilitação. Os industriais justificam esta atitude, afirmando que as percas com a utilização da extracção mecânica são insignificantes. Em condições normais, 1 kg de semente de algodão contém 200 g de óleo cru, donde podem-se extrair mecanicamente 150 g para saírem da refinaria 115 g. Com a extracção mecânica, ficam retidos nos bagaços 25% dos óleos brutos. Se os bagaços passassem por uma extracção por solvente a perca seria de 5%.

A relutância à adopção da extracção por solvente é mantida porque as fábricas vendem os bagaços cujos preços variam em função do teor de óleos neles contido. Parte do bagaço é vendido localmente para as fábricas de rações, outra parte é exportada para a África do Sul, onde também é usado na indústria de rações para animais. Alguma parte destas rações são, depois, importadas para a alimentação de animais domésticos em Moçambique. Este ciclo resulta da fraca industrialização do país que impede uma perfeita ligação inter-industrial por insuficiência de alguns ramos deste sector de actividade.

A embalagem dos óleos melhorou muito desde 1995 nas duas fábricas de Maputo com a montagem de linhas de produção de garrafas tampas em policloreto de venilo (PVC). As fábricas da Beira e de Monapo estão na fase final de montagem de linhas idênticas. Para produtos como o óleo, a apresentação e o aspecto externo do recipiente impressiona o consumidor. A melhoria das embalagens poderá contribuir para recuperar parte do mercado agoura fornecido por produtos importados.

A tecnologia para fabricar sabões é baseada em grandes caldeiras onde se misturam as gorduras e as bases num processo descontínuo. Essa tecnologia é rudimentar. Em uma das fábricas visitadas, a saponificação é feita em painéis; a secagem, em moldes; e a embalagem é manual. Assim, fabricação descontínua dos sabões e a falta de linhas de extracção por solventes contribuem para o baixo nível de utilização da capacidade da indústria.

### Comercialização

Sendo subutilizada, a capacidade instalada nesta indústria é mais do que o suficiente para responder às variações da procura, embora o constrangimento na oferta local da principal matéria-prima exigisse a importação de elevadas quantidades de sementes oleaginosas ou óleos crus. Contudo, o mercado da indústria é limitado pelas importações legais e ilegais de óleos e sabões. O mercado torna-se mais restrito porque as fábricas não conseguem competir nos mercados mais distantes dada a estrutura de custos das empresas que por si já é elevada e, quando se adiciona os custos de transporte, os óleos se tornam muito caros neste mercados. Transportar óleo de Maputo para Chimoio, província de Manica, é mais oneroso que transporta-lo do Zimbabue. Com a liberalização, os preços de óleos alimentares e sabões de lavanderia a porta da fábrica são fixados pelas empresas produtoras com base nos custos de produção e na margem de lucro. Por sua vez, os intermediários na comercialização fixam as suas margens de lucros.

Num mercado onde os produtos podem facilmente substituir-se, como é o dos óleos e sabões, os consumidores são indiferentes à escolha dos insumos por parte dos fabricantes e dos custos que eles incorrem. A substituição depende apenas do rendimento dos consumidores, dos preços relativos e das propriedades físicas e químicas dos produtos (Owen; Chowdhury e Garrido 1997:119). O mercado de óleos é caracterizado por preços similares que reflectem uma forte grau de correlação entre os preços dos vários tipos de óleo (Tabela 5).

Tabela 5: Correlação de Preços Médios Mensais de Óleos, 1994 a 1996

	Algodão	Amendoim	Copra	Girassol	Mafurra
Algodão	1,000	0,988	0,982	0,981	0,927
Amendoim		1,000	0,996	0,998	0,941
Copra			1,000	0,911	0,920
Girassol				1,000	0,925
Mafurra					1,000

Fonte: dados não publicados, Instituto Nacional de Estatística

Nota: Estimado em TSP, com 36 observações

Geralmente as empresas usam os meios de comunicação social, principalmente as rádios e os jornais, para divulgarem as marcas dos seus produtos. Todas as fábricas distribuem os seus produtos por meios próprios dentro das áreas de sua influência, como Maputo e Matola para as fábricas de Maputo, Beira para a Moçambique Industrial e Nampula para a Companhia Industrial de Monapo. A distribuição para o resto do país está por conta dos distribuidores e clientes.

As empresas possuem uma direcção de vendas para *marketing*, vendas e distribuição. Para a promoção dos seus produtos, as empresas de Maputo sempre participaram na Feira Agrícola Comercial e Industrial de Maputo (FACIM). A promoção é feita mais para conquistar a parte do mercado ocupada pelos produtos importados porque internamente a concorrência ainda não se faz sentir: três das quatro fábricas que ditam a oferta de óleos e sabões pertencem ao grupo Entrepasto.

### Recursos Humanos

O crescimento do sector industrial não foi acompanhado por um desenvolvimento de uma força de trabalho estável. A instabilidade e inadequado treinamento da força de trabalho constitui "um sério obstáculo à modernização e desenvolvimento do sector [industrial] e à melhoria rápida de gestão, produtividade e disciplina laboral" (Castel-Branco 1994b:95).

Em 1996, a indústria de óleos e sabões empregava 39% menos trabalhadores que em 1990. Desta queda da força de trabalho, 68% pertence a trabalhadores excedentários que ainda devem ser eliminados (Tabela 6). Duas empresas devem eliminar os seus excedentários: a FASOL/SABOREL e a Companhia Industrial de Monapo. Na GINWALA, a mão-de-obra esteve sempre estável: 171 trabalhadores desde 1990 à 1996, embora a estrutura da força de trabalho mudasse ao longo do período. Houve um ligeiro aumento nos técnicos médios e superiores em detrimento dos não qualificados. Na FASOL/SABOREL houve muita instabilidade, passou de 709 trabalhadores em 1990 para 315 em 1996. Em 1990, a GINWALA já era uma empresa privada enquanto a FASOL/SABOREL estava intervencionada pelo Estado.

Tabela 6: Força de Trabalho na Indústria de Óleos e Sabões, 1991 a 1996

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Técnicos superiores	14	14	14	13	15	15
Técnicos médios	18	20	19	26	29	28
Técnicos básicos	113	105	105	100	95	95
Trb. não qualificados	547	525	483	479	456	458
Trb. excedentários	627	603	480	371	257	196
<b>Total</b>	<b>1.319</b>	<b>1.267</b>	<b>1.101</b>	<b>989</b>	<b>852</b>	<b>792</b>

Fonte: inquéritos

As empresas proporcionam cursos de formação para os seus trabalhadores consoante as necessidades imediatas. As próprias empresas suportam os custos directos e indirectos dos cursos e treinamentos. Os cursos têm consistido principalmente no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho por parte do pessoal de laboratório, operadores de equipamento e operadores de computadores. Tem-se contratado pessoas ou empresas especializadas para administrarem tais cursos.

Poucos trabalhadores estrangeiros têm sido contratados pelas empresas. A FASOL/SABOREL tem três, a GINWALA dois, a MI quatro e a CIM três. Alguns postos técnicos e de gestão são ocupados pelos nacionais. Todas as fábricas contratam trabalhadores eventuais nos momentos de pico, por exemplo, durante a safra do algodão.

### Utilização da Capacidade da Indústria de Óleos e Sabões

A indústria utiliza pouca da sua capacidade. Embora possa produzir 160.000 t/a de óleos crus, 30.000 t/a de óleos refinados das diversas oleaginosas e 45.000 t/a de sabões, produz apenas 26.000 t/a de óleos crus (16,2% da capacidade), 4.000 t/a de óleos refinados (13,6%) e 11.000 t/a de sabões (25%) (Tabelas 7).

Ao nível das firmas, a Companhia Industrial de Monapo é a que menos utiliza a sua capacidade (9,7%) porque, para óleos, depende principalmente da semente de algodão produzido mais no norte do país (Tabela 7 e Anexo 1). Utilizando 16,9% da sua capacidade, a FASOL/SABOREL é a maior produtora de óleos porque os novos proprietários da empresa apostaram mais na importação de óleos crus a partir de *dealers* que fornecem à empresa os sinais do mercado internacional das oleaginosas a partir do porto de Durban, África do Sul.<sup>9</sup> Sempre que a compra de óleos crus seja vantajosa, a firma efectua a transacção. A FASOL/SABOREL têm a maior proporção da capacidade para a produção de óleos e sabões no país.

Tabela 7: Utilização da Capacidade para Óleos e Sabões (toneladas/ano)

	GINWALA	FASOL/ SABOREL	M.I.	C.I.M.	Total
<b>Óleos</b>					
Capacidade	6.000	13.400	5.000	5.000	29.400
Produção	855	2.100	508	482	3.945
Utilização (%)	14,3	16,9	10,2	9,7	13,4
<b>Sabões</b>					
Capacidade	2.600	20.400	12.400	9.800	45.200
Produção	1.289	2.840	4.433	2.660	11.222
Utilização (%)	49,6	14,0	35,8	27,1	24,8

Fonte: inquéritos

Para fabricar sabões, a GINWALA acaba de montar uma nova, moderna linha de produção, o que justifica o maior rácio de utilização da capacidade: 49%. Enquanto a linha de produção de sabões da FASOL/SABOREL utiliza métodos rudimentares que necessita



de mais mão-de-obra, portanto, mais custosos, pelo que seu rácio de utilização da capacidade é de apenas 14%, numa linha em que a produção é maior, relativamente a da linha de óleos (Tabela 7).

A escassez de oleaginosas no mercado doméstico e as dificuldades de colocar o produto final no mercado, dados os preços e as qualidades não competitivos face a importações desnecessárias e ilegais, foram apontadas como causas primárias da subutilização da capacidade. Este não é um caso isolado, pois

a industrialização do Terceiro Mundo encara uma massiva subutilização da capacidade devido aos problemas de procura e oferta. Do lado da procura, uma competição ilegal limita o mercado doméstico e causa insuficiência na procura para os bens produzidos localmente. Do lado da oferta, a demora na obtenção de matéria-prima afecta a taxa de utilização (Kerre 1991:80).

As causas secundárias destacadas foram: o estado obsoleto do equipamento, a falta de créditos para despesas correntes, o fornecimento deficiente de energia e a falta de incentivos para exportação. Enquanto estes constrangimentos persistirem, a produção bruta da indústria dificilmente crescerá a ritmos desejáveis.

Enquanto os níveis de produção continuarem baixos, os custos unitários e preços dos bens finais continuarão altos e as vendas baixas. A baixa utilização da capacidade abre oportunidades para a indústria de óleos e sabões explorar economias de escala, bastando para tal incorrerem a pequenos acréscimos nos custos totais e aplicar preços de penetração no mercado — o ganho resultará dos benefícios marginais. O governo terá que intervir para que as importações desnecessárias e ilegais não continuem a disputar o mercado com os produtos domésticos. Se as importações do produto final diminuírem, as fábricas terão maiores oportunidades para importarem óleos crus, processá-los e aumentarem a produção.

### **Protecção da Indústria e Promoção de Exportações**

Em Moçambique, uma pequena quantidade da produção agrícola é industrialmente processada ao mesmo tempo em que o país é importador líquido dos produtos agrícolas processados, incluindo óleos alimentares de sementes de algodão, amendoim, girassol e copra, e sabões. Também importa óleos de soja, palma e oliveira cuja sementes não produz. Assim, parte significativa dos óleos e sabões que se vendem em Moçambique é importada. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, o país gastou 13,8 milhões de dólares na importação de óleos em 1996 e 2,5 milhões de dólares na importação de sabões (Tabela 8).

Tabela 8: Valores de Importação de Óleos Sabões, 1994 a 1996 (1.000 US\$)

Produto	1994	1995	1996
Azeite de oliveira	16	230	164
Óleo de algodão	43	182	311
Óleo de amendoim	1	249	30
Óleo de coco	23	112	683
Óleo de girassol	2.380	7.472	8.036
Óleo de palma	1.594	4.210	1.074
Óleo de milho	25	n.d.	1
Óleo de nabo	202	16	2.360
Óleo de soja	767	1.527	1.177
Total de óleos	4.825	13.999	13.836
Sabões	1.193	3.303	2.474
Grande total	6.018	17.302	16.310

Fonte: dados não publicados, Instituto Nacional de Estatística

A maior parte do óleo consumido em Moçambique é importado da Suazilândia, África do Sul e Zimbabwe, contudo, é difícil quantificá-lo devido às importações ilegais e às deficiências estatísticas. Outra grande parte provém dos maiores produtores e exportadores de óleos vegetais ao nível mundial, como os Estados Unidos e os países da União Europeia.

Para controlar as importações, o governo aprovou, em 1991, uma pauta aduaneira que indirectamente encorajava a importação de bens que a indústria local pode produzir competitivamente (o Decreto 17/91). Assim, de Julho de 1991 a Setembro de 1996, a política aduaneira não favorecia o desenvolvimento da indústria nacional, pós tinha como objectivo primordial o aumento das receitas do Estado (Castel-Branco 1994b:124). Ao abrigo deste decreto, a indústria de óleos e sabões pagava uma média de 15% sobre insumos importados (aditivos e óleos brutos). Os óleos e sabões importados como produtos finais pagavam de 35%. Os óleos e sabões produzidos localmente e os importados pagavam ainda 10% de imposto de consumo e 5% de imposto de circulação.

Perante as transformações económicas em curso e a reestruturação das alfândegas, surgiu a necessidade de alterar a pauta aduaneira para a adequar à actual realidade. Assim, em 15 de Outubro de 1996, foi aprovada a nova pauta aduaneira (Decreto 42/96) que procura desencorajar a importação de bens que a indústria doméstica produz, conferindo maiores taxas de protecção efectiva à indústria local. Ao abrigo desta nova pauta aduaneira, a indústria de óleos e sabões paga uma média de 7,5% sobre insumos importados e os óleos e sabões legalmente importados continuam a pagar 35% de tarifas. Os 10% de imposto de consumo e 5% de imposto de circulação também continuam a ser pagos.

Para o cálculo da taxa efectiva de protecção (TEP) da indústria foram considerados dois casos: (i) a antiga pauta aduaneira em que as matérias-primas e bens intermediários eram tributados em 15% de direitos aduaneiros e a tributação sobre os bens finais era de 35%; (ii) a nova pauta em que as matérias-primas e bens intermediários pagam 7,5% de tarifas de importação, continuando a tributação de 35% sobre os bens finais. Nos dois casos, simula-se um cenário em que há uma total evasão fiscal na importação dos bens finais resultante do fraco controle das fronteiras. Porque as taxas sobre os produtos finais são muito mais altas que as dos insumos, supõe-se que os comerciantes (importadores dos bens finais) são mais propensos a fugirem ao fisco que os industriais, embora a fuga ao fisco tenha custos: os subornos aos agentes das alfândegas.

Com base na antiga pauta aduaneira, os óleos tinham uma protecção efectiva positiva que variava de 79,5% para o óleo de algodão a 96%, óleo de amendoim e os sabões tinham uma protecção de 102%; e de acordo com a nova pauta aduaneira, segundo momento, os óleos passam a ter uma protecção efectiva que varia de 105% a 136% e os sabões, 148%, taxas muito elevadas (Tabelas 9 e 10).<sup>10</sup> A redução das tarifas sobre as matérias-primas aumentou a protecção da indústria. Além disso, as fábricas têm maiores oportunidades de importarem a matéria-prima. Portanto, a falta de competitividade da indústria não pode ser explicada pela ausência de protecção. A indústria incorre elevados custos domésticos relacionados com a matéria-prima de origem local, os encargos financeiros e as remunerações dos trabalhadores.

Somente num cenário em há uma total evasão de tarifas pelos importadores de óleos e sabões é que os industriais ficam desprotegidos pela estrutura tarifária, visto que a taxa de protecção efectiva passa para -19% a -15,7% para os óleos e -20% para os sabões com base na com base na antiga pauta aduaneira, e -10,5% e -8,5% (óleos) e -11% (sabões) quando se considera a nova pauta aduaneira (Tabela 11 e 12). Nestes casos, somente um melhor controle das entradas de mercadorias por parte das alfândegas é que pode atenuar ou eliminar a evasão.

Tabela 9: Taxas Efectivas de Protecção para Produtos (antiga pauta)

	$\sum a_{ij}$ (A)	$\sum a_{ij}(1+t_i)$ (B)	1-A (C)	$1 + t_j - B$ (D)	TEP = (D/C)-1 (E) (%)
Óleo de copra	0,7392	0,8501	0,2608	0,4999	91,7
Óleo de algodão	0,6901	0,7936	0,3099	0,5564	79,5
Óleo de amendoim	0,7534	0,8664	0,2466	0,4836	96,1
Óleo de girassol	0,7396	0,8506	0,2604	0,4994	91,8
Sabões	0,7697	0,8852	0,2303	0,4648	101,8

Fonte: Anexo 2

**Tabela 10: Taxas Efectivas de Protecção para Produtos (nova pauta)**

	$\Sigma a_{ij}$ (A)	$\Sigma a_{ij}(1+t_i)$ (B)	1-A (C)	$1 + t_j - B$ (D)	TEP=(D/C)-1 (E) (%)
Óleo de copra	0,7708	0,8287	0,2292	0,5213	127,5
Óleo de algodão	0,7176	0,7714	0,2824	0,5786	104,9
Óleo de amendoim	0,7863	0,8453	0,2137	0,5047	136,2
Óleo de girassol	0,7713	0,8292	0,2287	0,5208	127,8
Sabões	0,8041	0,8644	0,1959	0,4856	147,9

Fonte: Anexo 3

**Tabela 11: TEP para Produtos nas Condições de Evasão Fiscal (antiga pauta)**

	$\Sigma a_{ij}$ (A)	$\Sigma a_{ij}(1+t_i)$ (B)	1-A (C)	$1 + t_j - B$ (D)	TEP=(D/C)-1 (E) (%)
Óleo de copra	0,5475	0,6297	0,4525	0,3703	-18,2
Óleo de algodão	0,5112	0,5879	0,4888	0,4121	-15,7
Óleo de amendoim	0,5581	0,6418	0,4419	0,3582	-18,9
Óleo de girassol	0,5479	0,6301	0,4521	0,3699	-18,2
Sabões	0,5702	0,6557	0,4298	0,3443	-19,9

Fonte: Anexo 4

**Tabela 12: TEP para Produtos nas Condições de Evasão Fiscal (nova pauta)**

	$a_{ij}$ (A)	$a_{ij}(1+t_i)$ (B)	1-A (C)	$1 + t_j - B$ (D)	TEP=(D/C)-1 (E) (%)
Óleo de copra	0,5710	0,6138	0,4290	0,3862	-10,0
Óleo de algodão	0,5316	0,5714	0,4684	0,4286	-8,5
Óleo de amendoim	0,5825	0,6261	0,4175	0,3739	-10,5
Óleo de girassol	0,5713	0,6142	0,4287	0,3858	-10,0
Sabões	0,5656	0,6903	0,4044	0,3597	-11,0

Fonte: Anexo 5

Para o cálculo da taxa de promoção das exportações considera-se a inexistência de subsídios à exportações, enquanto os insumos importados incorporados nos produtos exportados continuam a ser tributados em 15% e 7,5% de direitos aduaneiros, na antiga e nova pauta.

Os pagamentos que se fazem no acto de importação dos bens intermediários não são devolvidos no acto de exportação. As taxas de promoção de exportações são: -23% a -16,7% para os óleos e -25% para os sabões, segundo a antiga pauta aduaneira e -27,5% a -19% para os óleos e -31% para sabões, segundo a nova pauta. Os valores negativos revelam a falta de incentivos para a exportação na indústria de óleos e sabões.

Para compensar os efeitos da cobrança de tarifas de importação aos produtos que são posteriormente exportados podia-se atribuir um subsídio "que igualasse ao produto do coeficiente dos bens intermediários incorporados no bem final pela taxa nominal média ponderada que recai sobre os insumos" (Dade 1996:22).

**Tabela 13: Taxas Promoção de Exportações para Produtos (antiga pauta)**

	$\sum a_{ij}$ (A)	$\sum a_{ij} * t_i$ (B)	1-A (C)	$t_i - B$ (D)	TPE=(D/C) (E) (%)
Óleo de copra	0,7392	0,0554	0,2608	-0,0554	-21,3
Óleo de algodão	0,6901	0,0518	0,3099	-0,0518	-16,7
Óleo de amendoim	0,7534	0,0565	0,2466	-0,0565	-22,9
Óleo de girassol	0,7396	0,0555	0,2604	-0,0555	-21,3
Sabões	0,7697	0,0577	0,2303	-0,0577	-25,1

Fonte: Anexo 2

**Tabela 14: Taxas Promoção de Exportações para Produtos (nova pauta)**

	$\sum a_{ij}$ (A)	$\sum a_{ij} * t_i$ (B)	1-A (C)	$t_i - B$ (D)	TPE=(D/C) (E) (%)
Óleo de copra	0,7708	0,0578	0,2292	-0,0578	-25,2
Óleo de algodão	0,7176	0,0538	0,2824	-0,0538	-19,1
Óleo de amendoim	0,7863	0,0590	0,2137	-0,0590	-27,6
Óleo de girassol	0,7713	0,0578	0,2287	-0,0578	-25,3
Sabões	0,8041	0,0603	0,1959	-0,0603	-30,8

Fonte: Anexo 3

## Políticas do Governo

As políticas económicas do governo têm impacto nos lucros das empresas, no custo de crédito, na produção e preço das sementes oleaginosas e dos óleos e sabões e na sua procura como produtos finais. Mas, na prática, são poucos os gestores de empresas que conhecem os objectivos exactos das políticas económicas do governo porque nem sempre são claras e objectivas.<sup>11</sup> Porém, os industriais lamentam os efeitos destas políticas porque alguns impostos são elevados e o governo não está a fazer o suficiente para fomentar a cultura de oleaginosas e para estancar as importações desnecessárias e ilegais.

Segundo os industriais da área de óleos e sabões, a contribuição industrial é muito elevada, reduz a capacidade financeira das firmas, não estimula o investimento, pelo que deve ser reformulada; o imposto de circulação em cadeia é ineficaz e favorece a inflação e fuga ao fisco, introdução do imposto sobre o valor acrescentado é esperada com boas expectativas. Estes industriais clamam por um maior controle de fronteiras e redução de importações desnecessárias para defender a indústria nacional. Têm razão: a falta de controle das fronteiras e má fiscalização das alfândegas permite a entrada ilegal de óleos e sabões que são vendidos a preços baixos no país.

Cabe ao governo, através das instituições especializadas, controlar as exportações e importações de bens e mercadorias. Por um lado, continua a se exportar elevadas quantidades de copra, uma das principais matérias-primas e, por outro, o governo continua a importar óleos refinados para serem comercializados no mercado doméstico. Isso foi fortemente criticado pelos industriais que defendem a importação de óleos crus que serão refinados internamente e depois comercializados. Assim, ao nível das políticas sectoriais e para ultrapassar a escassez da matéria-prima, os empresários do ramo defendem o fomento das culturas de rendimento, particularmente, das oleaginosas nos sectores agrícola empresarial e familiar.

Condenam também a exportação descontrolada da matéria-prima bruta, particularmente da copra. Contudo, em 1995, somente 47% da produção total de copra foi exportada, contra os 82% de 1991, altura em que as fábricas utilizavam muito pouca das suas capacidades (DNE 1996:58). A interdição total da exportação da copra criaria imperfeições no mercado: a indústria nacional seria um monopólio, impondo preços aos produtores agrícolas que, pelo contrário, precisam de estímulos para recuperarem da crise e aumentarem a produção. Esta discussão envolve duas questões macroeconómicas: a estratégia de industrialização e a redistribuição de rendimento. A prioridade de fornecer matéria-prima doméstica à indústria nacional como estratégia de industrialização seria fortemente contestada pelos camponeses, enquanto favorecido pelos industriais. É uma questão sumamente política.

Ao nível financeiro, de 1991 a 1995, o sistema de crédito influenciou o actual estágio da indústria por não injectar recursos monetários necessários para o seu crescimento porque as taxas de juro eram elevadas. Num período em que as taxas de câmbio variavam bastante, as empresas ressentiram-se muito do efeito da contínua desvalorização da moeda nacional, por estar a operar no mercado interno com parte da matéria-prima importada. Porém, a partir de 1996, a situação tende a inverter-se: o crédito vai-se tornando barato porque as taxas de juro estão diminuindo e há uma maior estabilidade cambial. As taxas de juro médias nominais das operações activas, para prazos superiores a dois anos, passaram de 46% em Janeiro de 1995 para 32,5% em Dezembro de 1996, enquanto a taxa de câmbio variou 5% em 1996 depois de uma variação média superior a 50% nos cinco anos anteriores, 1991 a 1995 (DEE 1997:13-6).

## Conclusões e Recomendações

Neste trabalho analisei a estrutura e organização da indústria, onde se englobam as matérias-primas, os processos de fabrico dos óleos e sabões, níveis de produção, estágio tecnológico da indústria, a utilização da capacidade instalada, protecção efectiva, a promoção de exportações e a aplicação das políticas económicas do governo. Assim, examinei os problemas que a indústria enfrenta e todos aspectos relevantes que constituem um nó de estrangulamento para o normal funcionamento dela.

Os principais constrangimentos identificados são a escassez de matéria-prima, a obsolescência do equipamento, os elevados custos de distribuição e a falta de mercado para o produto final face as importações desnecessárias e ilegais. Ainda constituem constrangimentos técnicos e económicos para a indústria de óleos e sabões: o elevado custo da matéria-prima mal conservada fornecidas por intervenientes desonestos que cobram por ela o mesmo preço das sementes bem conservadas; o alto custo unitário de transformação da matéria-prima dada a obsolescência do equipamento; a falta de linhas de extracção por solventes para retirar os resíduos de óleos nos bagaços; e a resistência à adopção de tecnologias modernas que permitem a fabricação contínua dos sabões.

Estes constrangimentos baixam a utilização da capacidade instalada e a rentabilidade e atractividade da indústria que se agrava quando os importadores dos produtos finais escapam do pagamento dos direitos alfandegários. Porém, se estes importadores cumprissem com as suas obrigações, a indústria estaria altamente protegida.

Para se sair desta situação, deve-se seriamente avaliar a viabilidade de relançar a produção de oleaginosas, considerando o papel destas culturas para a indústria nacional. Aqui o governo tem um papel importante a desempenhar, ele deve criar condições para este relançamento e fornecer incentivos (ex., facilitar o acesso ao crédito com baixas taxas de juro para elevar a capacidade financeira dos agricultores). Esta acção deverá contar com o apoio dos industriais da área de óleos e sabões. O governo deve, ainda, acompanhar e apoiar o esforço que as empresas forem efectuando, criando mecanismos e facilidades para a indústria ter acesso a recursos financeiros e instituindo incentivos para a indústria exportar porque, ao nível doméstico, o aumento da procura dependerá do crescimento do rendimento disponível dos consumidores, da competitividade dos preços, e da dieta alimentar da população. Ao nível da política comercial externa, deve-se penalizar a exportação de oleaginosas sob forma de produtos brutos, aumentar o controlo alfandegário sobre os óleos e sabões importados, controlar as fronteiras para evitar o contrabando fronteiriços destas mercadorias.

Estas acções devem ser implementadas ao mesmo tempo em que as firmas forem ajustando a sua estruturas de custos e começarem a coordenarem as suas importações de matérias-primas, principalmente os óleos brutos. A coordenação das importações e outras actividades reduzirá os custos administrativos porque evitará alguns transtornos resultante da excessiva burocracia (ex., para o desalfandegar as matérias-primas). As importações do governo financiadas por donativos devem ser em óleos brutos que serão refinados internamente.

Ainda ao nível das firmas, deve-se imprimir maior flexibilidade e eficiência para permitir um rápido crescimento do produto industrial e das próprias empresas que repararem simplesmente para os lucros imediatos. As grandes têm que começar a pesquisar mais as possibilidades e viabilidade de adoptarem novas que permitam um rápido desenvolvimento.

## Notas

- <sup>1</sup> A produção de sabões em Moçambique é complementar à produção de óleos vegetais.
- <sup>2</sup> Segundo estimativas do Banco Mundial, entre 1981 a 1985 a produção industrial era menos que 50% da produção de 1980 e 30% da de 1973 (World Bank 1990:14).
- <sup>3</sup> Para as famílias, a indústria de óleos alimentares e sabões contribui para a satisfação das necessidades básicas, em termos de ingredientes nutritivos adicionais á alimentação e a saúde e higiene das pessoas. Os óleos são a maior fonte de energia numa dieta alimentar.
- <sup>4</sup> Este programa de desenvolvimento industrial de médio e longo prazos para reabilitar as fábricas, consolidar o tecido industrial, estimular a iniciativa privada e a competitividade, promover a utilização da matéria-prima nacional, aumentar a produtividade e fomentar os investimentos produtivos foi preparado pelo governo moçambicano com o apoio da UNIDO.
- <sup>5</sup> As taxas efectivas de protecção foram calculadas com base na antiga pauta aduaneira (Decreto 17/91).
- <sup>6</sup> Para mais detalhes veja Gil (1989).
- <sup>7</sup> A NUTRINVESTTE está associada à Companhia Lusitana de Óleos (LUSOL) e à Algodoeira Comercial e Industrial (ALCOL). Estas empresas têm como objecto a produção e comercialização de produtos alimentares derivados de oleaginosas.
- <sup>8</sup> Para mais detalhes veja Hay e Morries (1991) p. 58-101.
- <sup>9</sup> Um *broker* é alguém que é pago uma comissão por agir como um agente na feitura de contratos de compra e venda.
- <sup>10</sup> Para o cálculo da TEP, os custos dos insumos não comercializáveis foram considerados na sua totalidade como valor acrescentado. Para mais informações sobre questões metodológicas veja Dade (1996:27-8). As taxas obtidas são muito altas, mas o Banco Mundial, numa amostra que, embora não inclua óleos e sabões, estimou 47% para a taxa efectiva de protecção global para indústria, incluindo algumas com taxas extraordinariamente altas, ex., calças (114%) e leite condensado (92%) (World Bank 1995:10).
- <sup>11</sup> Poucos gestores responderam com clareza as perguntas sobre as políticas do governo. Porém, consideram nos aspectos que lhes preocupa.

## Anexo 1: Breves Considerações sobre a Produção e Comercialização das Oleaginosas

Em Moçambique as principais oleaginosas produzidas no sector agrário e utilizadas como matéria-prima para a indústria local de óleos alimentares e sabões são: a copra, o amendoim e o algodão. A mafurra é utilizada somente para o fabrico de óleos crus destinados ao fabrico de sabão, e o seu bagaço é utilizado como fertilizante devido ao seu alto grau de acidez que impedem a sua aplicação no fabrico de rações.

A produção do coqueiro encontra-se presente ao longo de toda costa moçambicana, principalmente nas províncias de Inhambane e Zambézia que contribuem com cerca de 80% da produção global da copra do país. O cultivo de algodão nas províncias de Nampula e Zambézia e durante a última campanha agrícola 1995/96, o Instituto do Algodão de Moçambique, com ajuda de algumas empresas privadas interessadas na área, promoveu o relançamento do algodão em outras regiões onde outrora se praticava esta cultura. Assim já se fomentou a cultura em cinco províncias (Niassa, Zambézia, Sofala, Manica e Inhambane), e espera relançar ainda na presente campanha agrícola de 1996/97 nas províncias de Tete, Gaza e Maputo.

A semente de girassol contém um alto teor de óleo e é produzido principalmente nas províncias de Manica e Sofala. A cultura de amendoim é cultivada praticamente em todo o país, principalmente nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Nampula e as suas sementes são ricas em óleos.

Em tempos, ainda se processava óleo a partir das sementes de gergelim e rícino, e esta última ainda pode-se processar na Ginwala. O óleo de rícino é mais lucrativo quanto outros tipos de óleo vegetais. Os maiores produtores deste tipo de óleo são o Brasil e a Índia. Em Moçambique, já se praticou a cultura de rícino e existe um elevado potencial para a sua produção, mesmo quando considerados os aspectos ambientais e ecológicos.

A percentagem de óleo contida em semente de rícino varia entre 48% a 52%, embora, por vezes 88% de óleos possa ser extraídos sem ajuda de solventes. Assim como o óleo de mafurra, o óleo de rícino não é refinável para seu uso como óleo alimentar. Mas pode ser utilizado para o fabrico de sabões, sabonetes, lubrificantes na indústria como alternativa aos óleos minerais que tem vindo a custar elevadas quantidades de divisas ao país. É momento de relançar o cultivo desta oleaginosa.

**Anexo 2: Custos dos Insumos e Valores Acrescentados (antiga pauta) (1.000 MT/t)**

	Custo doméstico	Tarifa paga	Preços internacionais	$\Sigma a_{ij}$
<b>Óleos de copra</b>				
Insumos Importáveis	10 041	1 310	8 731	0,7392
Valor Acrescentado	5 905	0	3 081	0,2608
Total	15 946	1 310	11 812	1,0000
<b>Óleos de algodão</b>				
Insumos Importáveis	8 423	1 099	7 324	0,6901
Valor Acrescentado	5 905	0	3 289	0,3099
Total	14 328	1 099	10 613	1,0000
<b>Óleo de amendoim</b>				
Insumos Importáveis	10 580	1 380	9 200	0,7534
Valor Acrescentado	5 905	0	3 011	0,2466
Total	16 485	1 380	12 211	1,0000
<b>Óleo de girassol</b>				
Insumos Importáveis	10 057	1 312	8 745	0,7396
Valor Acrescentado	5 905	0	3 079	0,2604
Total	15 962	1 312	11 824	1,0000
<b>Sabões</b>				
Insumos Importáveis	6 143	801	5 342	0,7697
Valor Acrescentado	3 226	0	1 598	0,2303
Total	9 369	801	6 940	1,0000

*Fonte: inquéritos e balanços das empresas*

**Anexo 3: Custos dos Insumos e Valores Acrescentados (nova pauta) ) (1.000 MT/t)**

	Custo doméstico	Tarifa paga	Preços internacionais	$\Sigma a_{ij}$
<b>Óleos de copra</b>				
Insumos Importáveis	9 386	655	8 731	0,7708
Valor Acrescentado	5 905	0	2 596	0,2292
Total	15 291	655	11 327	1,0000
<b>Óleos de algodão</b>				
Insumos Importáveis	7 873	549	7 324	0,7176
Valor Acrescentado	5 905	0	2 882	0,2824
Total	13 778	549	10 206	1,0000
<b>Óleo de amendoim</b>				
Insumos Importáveis	9 890	690	9 200	0,7863
Valor Acrescentado	5 905	0	2 500	0,2137
Total	15 795	690	11 700	1,0000
<b>Óleo de girassol</b>				
Insumos Importáveis	9 401	656	8 745	0,7713
Valor Acrescentado	5 905	0	2 593	0,2287
Total	15 306	656	11 338	1,0000
<b>Sabões</b>				
Insumos Importáveis	5 743	401	5 342	0,8041
Valor Acrescentado	3 226	0	1 301	0,1959
Total	8 969	401	6 643	1,0000

*Fonte:* inquéritos e balanços das empresas

Anexo 4: Custos dos Insumos e Valores Acrescentados nas Condições de Fuga ao Fisco (antiga pauta) ) (1.000 MT/t)

	Custo doméstico	Tarifa paga	Preços internacionais	$\Sigma a_{ij}$
<b>Óleos de copra</b>				
Insumos Importáveis	10 041	1 310	8 731	0,5475
Valor Acrescentado	5 905	0	7 215	0,4525
Total	15 946	1 310	15 946	1,0000
<b>Óleos de algodão</b>				
Insumos Importáveis	8 423	1 099	7 324	0,5112
Valor Acrescentado	5 905	0	7 004	0,4888
Total	14 328	1 099	14 328	1,0000
<b>Óleo de amendoim</b>				
Insumos Importáveis	10 580	1 380	9 200	0,5581
Valor Acrescentado	5 905	0	7 285	0,4419
Total	16 485	1 380	16 485	1,0000
<b>Óleo de girassol</b>				
Insumos Importáveis	10 057	1 312	8 745	0,5479
Valor Acrescentado	5 905	0	7 217	0,4521
Total	15 962	1 312	15 962	1,0000
<b>Sabões</b>				
Insumos Importáveis	6 143	801	5 342	0,5702
Valor Acrescentado	3 226	0	4 027	0,4298
Total	9 369	801	9 369	1,0000

Fonte: inquéritos e balanços das empresas

Anexo 5: Custos dos Insumos e Valores Acrescentados nas Condições de Fuga ao Fisco (nova pauta) ) (1.000 MT/t)

	Custo doméstico	Tarifa paga	Preços internacionais	$\Sigma a_{ij}$
<b>Óleos de copra</b>				
Insumos Importáveis	9 386	655	8 731	0,5710
Valor Acrescentado	5 905	0	6 560	0,4290
Total	15 291	655	15 291	1,0000
<b>Óleos de algodão</b>				
Insumos Importáveis	7 873	549	7 324	0,5316
Valor Acrescentado	5 905	0	6 454	0,4684
Total	13 778	549	13 778	1,0000
<b>Óleo de amendoim</b>				
Insumos Importáveis	9 890	690	9 200	0,5825
Valor Acrescentado	5 905	0	6 595	0,4175
Total	15 795	690	15 795	1,0000
<b>Óleo de girassol</b>				
Insumos Importáveis	9 401	656	8 745	0,5713
Valor Acrescentado	5 905	0	6 561	0,4287
Total	15 306	656	15 306	1,0000
<b>Sabões</b>				
Insumos Importáveis	5 743	401	5 342	0,5956
Valor Acrescentado	3 226	0	3 627	0,4044
Total	8 969	401	8 969	1,0000

Fonte: inquéritos e balanços das empresas

## Anexo 6: Questionário\*

### Objectivos

Com o presente inquérito pretende-se recolher informação que permita uma caracterização mais actualizada da estrutura e organização da indústria de óleos e sabões em Moçambique, identificar os principais constrangimentos que impedem o normal funcionamento da indústria, com particular atenção para a medição da capacidade utilizada, protecção efectiva e a implementação das políticas do governo. Esta informação deve permitir que se analise o impacto económico dos constrangimentos na eficiência da indústria e se proponham soluções para a sua remoção.

Como o(a) Sr(a) Director faz parte de um grupo de pessoas que no seu dia a dia lidam com esta indústria, as suas informações, opiniões, pontos de vistas e contribuições podem ser particularmente importantes para se atingirem os objectivos pretendidos pela pesquisa a ser feita. As informações obtidas através deste inquérito serão apenas usadas para o propósito indicado na carta, e os resultados de investigação poderão ser úteis para o sucesso da sua empresa e para o país em geral.

Acreditando na competência e responsabilidade da V. Ex<sup>cia</sup> apelo à atenção e paciência ao responder este inquérito, agradecendo, desde já, pela compreensão e atenção dispensadas.

### 0. Identificação:

Nome da empresa.....  
Ano de fundação..... Ano de intervenção.....  
Ano de estatização..... Ano de privatização.....  
Situação jurídica actual: [ ] Estatal [ ] Intervencionada  
[ ] Mista [ ] Privada  
Nome do entrevistado.....  
Posição que ocupa.....  
Principais funções.....  
Data da entrevista.....

### 1. Localização da Fábrica

1.1. O que determinou a localização da unidade fabril neste local? Priorize as respostas assim: 1 o mais importante, 2 o segundo mais importante, etc.

- a) [ ] Proximidade das fontes de matérias-primas
- b) [ ] Existência do porto
- c) [ ] Existência de infra-estruturas
- d) [ ] Ligações com outros grupos económicos
- e) [ ] Proximidade dos potenciais mercados
- f) [ ] Outros. (Detalhe) .....

1.2. Nas actuais condições macroeconómicas, esta localização continua viável?

Sim/Não

a) Porquê? .....

1.3. Existirão outros constrangimentos relacionados com a localização da fábrica? Sim/Não

a) Se existem, identifiquem-os. ....

b) Qual é a estratégia traçada para a remoção deste impedimento? .....

\* Para melhorar a apresentação neste trabalho reduzi os espaços reservados às respostas.

.....

**2. Matéria-prima**

2.1. Quais são as principais matérias-primas da fábrica?

- a)  Sementes de algodão
- b)  Copra
- c)  Amendoim
- d)  Girassol
- e)  Mafurra
- f)  Outras (especifique-as). .....

2.2. Quais são as matérias-primas subsidiárias da empresa? .....

2.3. Qual tem sido a origem destas matérias-primas?

a) Ao nível nacional

Designação	Quantidades médias adquiridas por ano	Local ou locais tradicionais de proveniência

b) Ao nível internacional

Designação	Quantidades médias adquiridas por ano	País ou países tradicionais de proveniência

2.4. Existirão dificuldades na aquisição das matérias-primas?

Sim/Não

a) Se existem, indique-as. ....

2.5. Qual é a situação da fábrica em relação aos seguintes aspectos?

a) Abastecimento da matéria-prima. ....

b) encargos fiscais que incidem sobre o valor da matéria-prima .....

c) Armazenamento .....

d) Acesso à divisas .....

2.6. Existirão outros factores que aumentam os custos das matérias-primas para a fábrica? Sim/Não

a) Se sim, quais são? .....

2.7. Quais são os outros constrangimentos que a fábrica enfrenta, relacionados com a matéria-prima? .....

2.8. Quais são as estratégias que estão sendo traçadas ao nível da empresa para a remoção dos constrangimentos relacionados com a matéria-prima? .....

2.9. Quais foram as quantidades de matéria-prima de origem nacional consumidas no últimos cinco anos?

Matéria-prima	Unidade	1991	1992	1993	1994	1995

2.10. E de igual modo, quais foram as quantidades de matéria-prima de origem estrangeira consumidas?

Matéria-prima	Unidade	1991	1992	1993	1994	1995

2.11. Quais foram os respectivos custos?

(em meticais)

Matéria-prima	1991	1992	1993	1994	1995

2.12. Quais são as matérias-primas importadas e em quantos por cento participam na produção de cada unidade de óleo (uma tonelada)?

Matéria-prima	Quantidade	Preço unitário actual	Custo (c.i.f. fábrica)	Participação (%)

2.13. Igualmente, quais são as matérias-primas importadas e com quantos por cento participam na produção de cada unidade de sabão (uma tonelada)?

Matéria-prima	Quantidade	Preço unitário	Custo (c.i.f. fábrica)	Participação (%)

### 3. Produção

3.1. Quantas linhas de produção existem na fabrica? .....

3.2. Em que consiste cada uma delas? .....

3.3. Em que consiste o processo de produção de óleos? .....

3.4. E o de fabrico de sabões? .....

3.5. Quais são os principais problemas com o controle de qualidade dos produtos da fabrica?

a) Em relação aos óleos. ....

b) E aos sabões .....

3.6. Quais são os principais produtos da firma?

a) [ ] Óleos crus.

b) [ ] Óleos refinados.

c) [ ] Bagaços.

d) [ ] Sabões.

e) [ ] Sabonetes.

f) [ ] Outros. (Quais?) .....

3.7. Quais foram as quantidades produzidas pela fábrica nos últimos cinco anos?

Produto	Unidade	1991	1992	1993	1994	1995

3.8. Quais foram as receitas líquidas obtidas?

(em metcais)

Produto	1991	1992	1993	1994	1995

3.9. As condições de armazenagem do produto final, na empresa, são aceitáveis?

Sim/Não

a) Se sim, descreva-as .....

b) Se não, porquê? .....

#### 4. Tecnologia

4.1. Como classifica o estado geral e actual do equipamento produtivo da empresa em cada um dos seguintes estágios de produção? Muito mau (MM), mau(M), Razoável (R), Satisfatório (S), Bom (B), Muito bom (MB), Excelente (E), Ordem de importância (OI).

Estágios de produção	MM	M	R	S	B	MB	E	OI
Preparação das sementes								
Extracção mecânica								
Extracção química								
Refinação de óleos								
Embalagem de óleos								
Saponificação								
Secagem de sabões								
Embalagem de sabões								

4.2. Quais tem sido os principais constrangimentos quanto a operação e manutenção das máquinas e equipamentos nos seguintes estágios de produção?

- a) Preparação de sementes. ....
- .....
- b) Extracção mecânica de óleos (por prensagem) .....
- .....
- c) Extracção química de óleos (por solventes) .....
- .....
- d) Refinação de óleos .....
- .....
- e) Embalagem de óleos .....
- .....
- f) Saponificação .....
- .....
- g) Secagem de sabões .....
- .....
- h) Embalagem de sabões .....
- .....

4.3. Terá havido alguma substituição total ou parcial do equipamento nos últimos cinco anos? Sim/Não.

a) Se sim, quais foram as alterações mais profundas verificadas?

.....

b) Se não, porquê? .....

.....

4.4. Quais têm sido os principais problemas de operação e manutenção do equipamento? Muitos (M), alguns (A), poucos (P), insignificantes (I), nenhuns (N), Ordem de importância (OI).

Problema	M	A	P	I	N	OI
Falta de pessoal qualificado						
Falta de peças sobressalentes						
Falta de materiais de manutenção						
Irregularidade no abastecimento da matéria-prima						
Falta de equipamento e materiais para o controle de qualidade						
Falta de meios de transporte						
Outros						

4.5. Quais as implicações destes problemas nos níveis de produção da empresa?

4.6. Identifique três secções que necessitam duma reabilitação total por ordem de prioridade.

a) 1. ....

2. ....

3. ....

4.7. Para além da prensagem das oleaginosas, a empresa tem usado solventes para extrair óleos? Sim/Não

a) Se sim, quais são as principais vantagens que tal tecnologia trás ao processo produtivo? .....

b) Se não, porque? .....

4.8. Com a prensagem, têm-se registado desperdícios na produção?

Sim/Não

a) Se sim, quais são os principais desperdícios? .....

## 5. Comercialização

5.1. Quais têm sido os principais mercados da empresa? .....

5.2 A empresa exporta os seus produtos?

Sim/Não

a) Se sim quais são os principais mercados? .....

b) Se não, indique os principais impedimentos. ....

c) Quais são as estratégias que a empresa possui para começar a exportar?

5.3. Se a empresa exportou, quais foram as quantidades exportadas durante o período em análise?

Produto	Unidade	1991	1992	1993	1994	1995

5.4. Se a procura de óleos alimentares elevar-se, a empresa poderá aumentar a produção para responder a esta variação da demanda? Sim/Não

a) Se não quais são os principais impedimentos .....

5.5. Existirão planos para a exploração de novos mercados? Sim/Não

a) Se não quais são os principais impedimentos .....

5.6. Como é que a empresa obtém a informação sobre os mercados? .....

5.7. Quais os meios que a empresa utiliza para divulgar as marcas dos seus produtos? .....

5.8. A distribuição da produção é feita pelos meios da empresa? Sim/Não

a) Se sim, haverá algum problema com estes meios? .....

b) Se não, como é feita esta distribuição? .....

5.9. A empresa possui um sector especializado em vendas ou distribuição?

Sim/Não

a) Se sim, como opera .....

b) Se não, porquê? .....

5.10. A empresa tem participado em feiras internacionais? Sim/Não

a) Se sim, quis tem sido .....

b) Se não, porquê? .....

## 6. Recursos Humanos

6.1 Quantos trabalhadores possuía a empresa em cada um dos seguintes anos nas respectivas categorias?

Categorias	1991	1992	1993	1994	1995
Técnicos superiores					
Técnicos médios					
Técnicos básicos					
Trabalhadores não qualificados					
Trabalhadores excedentários					

6.2. Os trabalhadores satisfazem as necessidades da empresa consoante a capacidade instalada? Sim/Não

a) Se não, porque? .....

6.3. A empresa tem proporcionado cursos de formação aos seus trabalhadores?

Sim/Não

a) Se sim, em que consistem estes cursos? .....

b) Se não, quais os motivos? .....

6.4. Para caso das empresas que apostam na formação quem tem financiado estes programas? ....

6.5. Ainda sobre a formação indique, entre 1991 e 1996, os cursos que foram ministrados.

Designação	Duração	Data de início	Número de participantes

6.6. Quais foram os resultados palpáveis dos cursos ministrados?

6.7. A empresa tem-se beneficiado de assistência técnica?

Sim/Não

a) Se sim, diga em que períodos e em que consistia .....

b) Se não, porquê? .....

6.8. A empresa tem contratado trabalhadores estrangeiros?

Sim/Não

a) Se sim, indique para os seguintes anos quantos eram e em que se dedicavam? .

Inclui-se uma projecção.

Anos	Quant	Actividades
1993		
1994		
1995		
1996		
1997		

b) Se não, haverá motivos que impedem a contratação deles? .....

6.9. A empresa tem contratado trabalhadores excedentários?

Sim/Não

a) Se sim, diga em que períodos e em que se dedicam .....

b) Se não, significará a existência trabalhadores excedentários? .....

## 7. Utilização da Capacidade

7.1 A planta foi instalada para produzir que quantidade, por ano, dos seguintes produtos? Considerando que a fábrica pudesse operar com três turnos, trabalhando 24 horas por dia e 7 dias por semana.

- a) Óleos crus .....
- b) Óleos refinados .....
- c) Bagaços .....
- d) Sabões .....
- e) Sabonetes .....
- f) Outros. (Quais?) .....

7.2. Quais são as contribuições das principais causas da subutilização da capacidade instalada na fábrica? Muita (M), alguma (A), pouca (P), insignificante (I), nenhuma (N), ordem de importância (OI) assim: 1 a mais importante, 2 a segunda mais importante, etc.

Causas	M	A	P	I	N	OI
Intencionais para explorar economias de escala						
Irregularidade na obtenção da matéria-prima						
Falta de créditos para						
Despesas correntes						
Despesas de investimento						
Avaria das máquinas e equipamentos						
Falta de peças sobressalentes						
Fornecimento deficiente de energia						
Falta de mercado						
Falta de divisas						
Falta de equipamento e materiais para o controle de qualidade						
Dificuldades na distribuição						
Falta de meios de transporte						
Falta de pessoal qualificado						
Dificuldade de utilização do sistema de turnos, por						
Falta de operários						
Falta de supervisores						
Existência de vários nós de estrangulamento						
Preços não competitivos face as importações						
Falta de incentivos para exportação						
Outros						

7.3. Nas diversas secções da fábrica quais as mais problemáticas? .....

7.4. Como pensam ultrapassar estes problemas? .....

7.5. Indique para cada secção as capacidades de produção instaladas supondo que a fabrica funcione 24 horas por dia.

Secção	Capacidade instalada	Capacidade utilizada

### 8. Protecção da Indústria

8.1. No que concerne a parte da matéria-prima necessária para a produção de uma tonelada de óleo refinado, preenche o seguinte quadro.

Matéria-prima e outros materiais importáveis	Quantidade	Preço (c.i.f. fábrica)	Tarifa (%)	Preços internacionais (c.i.f. porto)

8.2. De igual modo e no que concerne a parte da matéria-prima necessária para a produção de uma tonelada de sabão, preenche o seguinte quadro.

Matéria-prima e outros materiais importáveis	Quantidade	Preço (c.i.f. fábrica)	Tarifa (%)	Preços internacionais (c.i.f. porto)

8.3. Quais têm sido os valores acrescentados (indirectos) dos seguintes factores não importáveis? (alternativamente podem fornecer balanços)

Insumos não importáveis	Custo doméstico
Fornecimento de terceiros	
Serviço de terceiros	
Transporte local	
Seguros	
Outros	

8.4. Igualmente quais têm sido os valores acrescentados (directos) dos seguintes factores também não importáveis?

Insumos não importáveis	Custo doméstico
Remunerações aos trabalhadores	
Encargos financeiros	
Impostos e taxas	
Amortizações do exercício	
Outros custos	

## 9. Políticas do Governo

9.1. Quais são os impostos que recaem sobre a matéria-prima?

a) Nacionais

Designação	Taxa

b) Importadas

Designação	Taxa

9.2. Quais são os impostos que recaem sobre o produto os óleos alimentares?

Designação	Taxa

9.3. E os que recaem sobre sabões?

Designação	Taxa

9.4. Qual é a apreciação que faz dos seguintes aspectos da política fiscal em Moçambique, considerando o seu impacto nas actividades económica?

a) Contribuição industrial .....

.....

b) Imposto complementar .....

- .....
- c) Imposto sobre o rendimento de trabalho .....
- .....
- d) Imposto de circulação .....
- .....
- 9.5. Qual é o impacto da política aduaneira (considerando a anterior pauta) sobre as actividades da empresa?  
.....
- .....
- 9.6. E quais são os principais aspectos desta política que afectavam positiva e negativamente as actividades da empresa?  
.....
- .....
- 9.7. O que melhorou com a aprovação da nova pauta aduaneira?  
.....
- .....
- 9.8. Quais são os principais procedimentos seguidos para o pagamento dos direitos aduaneiros?.....
- 9.9. Considera estes procedimentos complicados? Sim/Não  
a) Se sim, como poderiam ser simplificados .....
- .....
- 9.10. Como classifica o acesso a crédito de curto prazo (para compras correntes) para a empresa?  
Excelente/Bom/Razoável/Mau/Muito mau  
a)Porquê? .....
- .....
- 9.11. E como classifica o acesso a crédito de longo prazo (para gastos de investimentos) para a empresa?  
Excelente/Bom/Razoável/Mau/Muito mau  
a)Porquê? .....
- .....
- 9.12. Quais são os principais aspectos da política de créditos que mais afectam às actividades da empresa?  
.....
- .....
- 9.13. Como é que classifica o grau de acessibilidade das divisas necessárias ao funcionamento da fábrica? Excelente/Bom/Razoável/Mau/Muito mau  
a) Porquê? .....
- .....
- 9.14. Quais foram os benefícios ou custos que a empresa incorreu devido à evolução da taxa de câmbios entre 1991 e 1995?.....
- .....
- 9.15. Quais são os principais aspectos da política cambial que mais prejudicam as actividades da empresa?  
.....
- .....
- 9.16. Qual é o impacto das seguintes políticas sectoriais nas actividades da empresas?  
a) Política agrária? .....
- .....
- b) Política industrial? .....
- .....
- 9.17. Quais são os aspectos que gostaria de ver melhorados nestas políticas?

a) Política agrária? .....

b) Política industrial? .....

9.18. Quais são os principais aspectos da política económica que gostaria de ver alterados ou introduzidos?

## 10. Outros Aspectos

10.1. A empresa benefício-se de financiamento de algum projecto de desenvolvimento durante os últimos cinco anos? Sim/Não

a) Se sim, todos recursos previstos no projecto e destinados à empresa estiveram à disposição?

Sim/Não

a) Se não, porquê? .....

b) Se sim, os recursos foram aplicados como se previa? Poder-se-ia fazer mais com os recursos disponíveis? .....

10.2. A empresa tem alguns projectos que prevê serem implementados brevemente?

Sim/Não

a) Se sim, quais são? .....

10.3. Indique os outros constrangimentos não abordados durante os últimos cinco anos?

10.4. Igualmente indique as principais oportunidades que a empresa teve para o seu desenvolvimento?

10.5. Indique as principais mudanças verificadas ao nível da empresa nos últimos cinco anos e os respectivos motivos em ordem de importância?

1<sup>a</sup> .....

2<sup>a</sup> .....

3<sup>a</sup> .....

## Referências\*

- ACP (Austral Consultoria e Projectos, Lda). 1992. *Estudo Compreensivo do Sub-sector da Indústria dos Óleos Comestíveis e Sabões*. Relatório para o Ministério de Indústria e Energia. Maputo.
- Banco Mundial. 1994. O Ajustamento na África: reformas, resultados e rumo a seguir. Relatório do Banco Mundial sobre investigação de política. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Baumol, W. 1985. Industry structure analysis and public policy. Em: G. Feiwel, ed. 1995. *Issues in Contemporary Microeconomics and Welfare*. Albany: State University of New York Press.
- Bautista, R. et al. 1981. The determinants of capital utilization. Capítulo 2 em *Capital Utilization in Manufacturing: Colombia, Israel, Malaysia, and Philipines*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Bastian, G. 1990. *Vegetable Oil and Oil Seeds: A Traders Guide*. Geneva: International Trade Centre.
- Castell-Branco, C. 1994a. Problemas estruturais do desenvolvimento Agrário. Em Castell-Branco, C. org. *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert
- \_\_\_\_\_. 1994b. Problemas estruturais de industrialização: A indústria transformadora. Em Castell-Branco, C. org. *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert
- Dade, S. 1996. Estrutura competitiva da indústria em Moçambique: O caso da indústria têxtil e vestuário. Trabalho de Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane.
- DEE (Departamento de Estudos Económicos e Estatística). 1995. *Boletim Estatístico* 10 (3). Maputo: Centro de Documentação e Informação, Banco de Moçambique.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Boletim Estatístico* 14 (4). Maputo: Centro de Documentação e Informação, Banco de Moçambique.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Boletim Estatístico* 15 (4). Maputo: Centro de Documentação e Informação, Banco de Moçambique.
- DNE (Direcção Nacional de Estatística). 1995. *Anuário Estatístico 1994*. Maputo: DNE.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Anuário Estatístico 1995*. Maputo: DNE.
- DSPL (Direcção dos Serviços de Planeamento Económico). 1974. *Moçambique em Números*. Lorenço Marques: DSPE.
- Hay, D. e Morries, D. 1991. *Industrial and Organization: Theory and Evidence*. New York: Oxford Unniversity Press.
- IDA (Associação Internacional para o Desenvolvimento). 1995. Memorando para os directores executivos sobre uma estratégia de ajuda a um país: O caso de Moçambique. Maputo.
- Kabaj, M. 1981. Utilization of industrial capacity, shift work and employment promotion in developing countries. Em: N. Phand-Thuy, R. Betancourt, G. Winston, e M. Kabaj. eds. *Industrial Capacity and Employment Promotion: Case Studies of Sri Lannka, Nigeria, Marroco and Overal Survey of Other Developing Contries*. Londres: Gower para a Organização Internacional de Trabalho.

\* As citações das referências em inglês foram traduzidas pelo autor.

## Declaração

Este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

20/08/1997

O Estudante

*Rafael Francisco*  
Rafael Francisco

## Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 13.5 valores, no dia 20 de Agosto de 1997, por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

*António*  
\_\_\_\_\_

*Wen*  
\_\_\_\_\_

*Paulo*  
\_\_\_\_\_

- Kerre, H. 1991. Industrialization and the low-level production trap: The handtools and cutlery industry. Em P. Coughlin e G. Ikira, eds. *Kenya's Industrialization Dilemma*. Nairobi: Heinemann.
- Kreinin, M. 1987. Protection of domestic industries: The tariff. Capítulo 13 em *International Economics: A Policy Approach*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich.
- Kreps, D. e Spence, A. 1985. Modelling the role of history in industrial organization and competition. Em G. Feiwel, ed. 1995. *Issues in Contemporary Microeconomics and Welfare*. Albany: State University of New York Press.
- Krugman, P. e Obsfeld, M. 1991. *International Economics: Theory and policy*. Nova Iorque: HarperCollins.
- Larson, D. 1996. Indonesias's palm oil subsector. World Bank Working Papers Series, Número 1654.
- Liedhom, C. 1990. Small scale industry in Africa: Dynamic issues and the role of policy. Centro Studi Luca D'Angliano e Queen Elizabeth House, Development Studies Working Paper n° 21.
- MAP (Ministério de Agricultura e Pescas). 1996. Política e estratégia agrária. *Draft* não publicado, Maputo.
- Mathieu, N. 1996. Industrial Restructuring: World Bank Experience, future challenges. Washington D.C.: World Bank.
- MICTUR (Ministério de Indústria Comércio e Turismo). 1995. Política e estratégia industrial. *Draft* não publicado, Maputo.
- MIE (Ministério de Indústria e Energia) e UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). 1993. Orientações para o desenvolvimento industrial de Moçambique. Relatório preliminar do projecto DP/MOZ/86/014 para o MIE, Maputo.
- Moçambique. 1987. Strategy and Program for Economic Rehabilitation. Report prepared by the Government of Mozambique for the meeting of the consultative group for Mozambique, Maputo.
- \_\_\_\_\_. 1991. Decreto n° 17/91. *Boletim da República*, I Série, n° 10.
- \_\_\_\_\_. 1996. Decreto n° 42/96. *Boletim da República*, I Série, n° 41.
- Owen, A.; Chowdhury, K.; e Garrido, J. 1997. Price interrelationship in the vegetable and tropical oils market *Applied Economics*, 29.
- Steel, W. 1989. Domestic resource cost and effective protection. Em: G. Meier e W. Steel, eds. *Industrial Adjustment in Sub-Saharan Africa*. Nova Iorque: Oxford University Press for the World Bank.
- UTRE (Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas). 1992. FASOL/SABOREL: Diagnóstico potencial de reestruturação. DPR n° 5.
- World Bank. 1990. *Mozambique Industrial Sector Study: The development of industrial policy and reform of the business environment*. Washington, D.C.: World Bank.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Mozambique: Impediments to Industrial Sector Recovery*. Washington, D.C.: World Bank.

